

## PREÂMBULO

### FLASHES PSIQUICOS

Quando nos ocorrem flashes, revelações, manifestações de natureza psíquica, devemos ter, nos ater à experiência daquele momento. Tão só. Não se preocupar se é imaginação, fantasia, metáfora, símbolo, lembrança real ou uma combinação de todas essas situações. Podem ser uma visão do campo místico-espiritual e não, necessariamente, uma vivência ou reprodução de vivências pretéritas.

Fatos traumáticos do passado – afogamentos, mortes violentas – deixam marcas, temores no nosso comportamento, lesionando e inibindo nossas ações no presente. Medos, desejos ocultos, pesares, fobias, frustrações podem, assim, ter suas origens em outras dimensões do tempo e de tantos outros lugares alhures.

Cabe-nos, contudo e tão somente, aprender com o passado, deixá-lo fluir como águas que conduzem placidamente a barca ou qual o planar de um pássaro em voo. Busquemos, no presente, o aroma, a doçura, a beleza, o requinte da vida. Como alguém que saboreia, lentamente, no recinto de uma sala aconchegante, a sós ou acompanhado, uma xícara de chá deleitoso ou uma taça de fino vinho.

Nosso objetivo essencial, existencial é exercitar o amor, a compaixão, a bondade, a caridade. Todos aqui somos aprendizes e mestres. Portamos a Divindade e nós devemos expressá-la através de boas ações, de serviços solidários, renúncia, tolerância. O reino de Deus está no santuário de nosso ser – filhos e templos do Espírito Santo – e nós O manifestamos agindo provavelmente, nos aprimorando integralmente, nos amando. Para tanto, há um grande, transcendental caminho a ser palmilhado, uma viagem em curso, um aprendizado desafiador, quão doloroso...

(Deduções feitas a partir e após a leitura do livro “Só o amor é real”, autoria de Brian Weiss)

### Olímpio

“Em meio ao interior de Minas Gerais, um homem escreveu sua história, era muito trabalhador, muito decidido, franco, com bom coração e muito religioso. Assumiu brigas pela igreja e outros, e ao mesmo tempo, tinha uma personalidade brincalhona, semelhante a um moleque, não aparentava a idade que tinha, pois possuía um humor que lhe era peculiar. Olímpio José de Castro, nasceu em 16 de novembro de 1891, em meio rural, sendo o décimo filho de Modesto José de Castro e Margarida Rainha dos Anjos. Durante a infância aprendeu as tarefas da roça com os pais e os irmãos, que logo viraram sua paixão. Em meio familiar, também aprendeu os costumes, a religiosidade e a importância de ajudar os outros”.

Pág. 4

### Dentro dos baús

Alguns detalhes são mais que simbólicos: são característicos. Poucas coisas, aliás, representam tanto as aconchegantes “casas de vó” quanto rosários feitos à mão e tão dotados de fé quanto de perfeição artística pendurados na parede – às vezes, até, acompanhados das famosas fotopinturas concentrando familiares numerosos na mesma moldura. Não são, porém, os únicos detalhes que garantem passagens de ida e volta para o saudosismo – e a tradição. Singelos e resistentes; vintage e tão atuais aos nossos olhos, estão baús que, além de enovais, guardavam sonhos.

Pág. 6

### A busca por Zé Gabet

Em mais um de seus textos, Marcus Santiago narra a passagem de dois cavaleiros que, com uma missão sanguinária, levaram terror à hoje Terra do Café com Biscoito. Uma tragédia anterior, porém, impediu a dupla.

Pág. 7



“Uma história de 150 anos que começa com uma viagem de um mês e meio em condições precárias, nos fundos de um navio, agarrando-se à família e à esperança de um futuro do outro lado do oceano. Assim chegavam cerca de 400 italianos à costa brasileira em 21 de Fevereiro de 1874, pioneiros de um movimento que atraiu 1,4 milhão de pessoas em 50 anos. A travessia, realizada no navio La Sofia, de Gênova rumo ao Espírito Santo, alterou para sempre não somente a vida de cada um desses desbravadores, mas a cultura e a economia brasileiras, que ganharam contornos italianos inegáveis desde então”.

Pág. 13

# ADIVINHAS

- 1- O que é, o que é? Tem luz, mas vive no escuro.
- 2- O que é, o que é? Sai de noite, mas de dia fica em casa.
- 3- O que é, o que é? Tem mais de 10 cabeças, mas não sabe pensar.
- 4- O que é, o que é? Corre, mas não tem pés.

Respostas: 1- O vagalume, 2- coruja, 3- A caixa de fósforos, 4- O vento.

## Provérbios e Adágios

- Muitas opiniões afundam o barco
- Quem semeia joio, não colherá trigo
- Vasos vazios são mais barulhentos
- Quem anda com lobos, aprende a uivar

### Para refletir

• “É belo dar quando solicitado; é mais belo, porém, dar, por haver apenas compreendido...” Gibran

• De tudo, ficam três coisas:

A certeza de que estamos sempre começando

A certeza de que precisamos continuar

A certeza de que seremos interrompidos antes de começar

Portanto devemos:

Fazer da interrupção um caminho novo

Da queda um passo de dança

Do medo uma escada

Do sonho uma ponte

Da procura um encontro

(Fernando Sabino)

• Temos construído esta nação com êxitos e dificuldades, mas não há dúvida para quem saiba examinar a história com isenção de que o nosso progresso político deveu-se à força empreendedora dos homens do povo do que à consciência das elites.

(Tancredo Neves)

## EXPEDIENTE

### QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e todas as pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa

Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Fabiana Diélle.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Colaboração: Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Maria Luíza Santiago de Paula

Revisão: Fábio Antonio Caputo e

Sandra Regina Almeida Caputo

Jornalista Responsável:

Marcus Santiago – MTB 19.262/MG

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

Realização:



Apoio:



## APAE – 40 ANOS

Há 40 anos eram lançados os fundamentos, os alicerces de nossa APAE. Que vitória e orgulho para toda a comunidade.

A inclusão social de nossos especiais, de qualidade de vida da pessoa com alguma modalidade de deficiência, reforçando e resgatando sua autonomia, reconstruindo a sua cidadania, desenvolvendo e potencializando habilidades.

Quanto e inestimáveis serviços prestados aos nossos apaeanos e suas famílias ao longo de quatro décadas. São pilares de atendimento especializado, multidisciplinar focados em áreas relevantes como psicologia, terapia ocupacional, serviço social, atividades lúdicas, relacionais e temáticas, aliando-se educação fundamental e qualificação ocupacional.

Nossas homenagens a todos os idealistas, dirigentes, profissionais, voluntários, colaboradores, funcionários, alunos e famílias atendidas. Uma história de tenacidade, sabedoria de excepcionalidade, profissionalismo, de amor ao próximo, permitindo que a casa desenvolva um serviço local organizado, vigorado, de atenção aos que detenham alguma incompletude, alguma carência de ordem física ou psicológica ou autista, hiperatividade. Milhares de atendidos!

Quantas pessoas dedicadas a tão nobre causa, desprendidas, legando-nos uma obra perene, missionária, de respeito, acolhimento, prevenção, habilitação e reabilitação de nossos cidadãos com deficiência.

O acolhimento à vida, a exaltação, a dignidade humana, a afirmação da cidadania e da espiritualidade. Cuidar, curar, servir – eis a prática evangélica, a culminância da fé – é o que se procede, nesta casa, cotidianamente.

Momento de gratidão, de louvor e de muita emoção!

João Pinto de Oliveira  
(Presidente Fundador)

São Tiago, 05/02/2024





# AO PÉ DA FOGUEIRA

## ASSEMBLÉIA DE... DEUS

De origem interiorana, lá se vão 60, 70 anos, pais comerciantes, prole numerosa com parcimoniosos recursos, sempre tivera - desde antes de entender alguma coisa prática da vida - a imaginação fértil, ideários rocambolescos. Seria rico, muito rico, fortuna maior do que os grandes fazendeiros da região onde habitava ou quem sabe dos magnatas que habitavam os grandes centros e dos quais ouvia falar pelo rádio. Sonhava, embora ainda petiz, via-se um nobre dos tempos imemoriais e ....imperiais!

Na humilde escola primária por ele e demais crianças da localidade frequentada, embevecia-se com as histórias narradas pela dedicada professora - de Ali Babá, o marujo Simbad, Rei Salomão e suas míticas riquezas, da mesma forma, escutava com êxtase as narrativas acerca dos bandeirantes à cata de pedras preciosas, a busca sôfrega de Fernão Dias pelas minas de esmeraldas, filões de ouro e prata de nossas minas, o frenesi de tantos aventureiros, sertões inóvios, à procura do legendário Eldorado, piratas que se enriqueciam pilhando nossos mares, litorais e erários

Crescendo, migrando para centros maiores - leia-se capital - a fim de estudar e trabalhar, conquanto laborando em atividades de sobrevivência, persistiu em suas obsessões de riqueza e poder; dedicou-se a atividades em associações de moradores, diretórios acadêmicos, corporações sindicais, igrejas, obviamente trampolins políticos, sempre com o intuito de conseguir mandato eletivo. Percebera, pois, de há muito, que para se enriquecer, ter poder, nada melhor que as

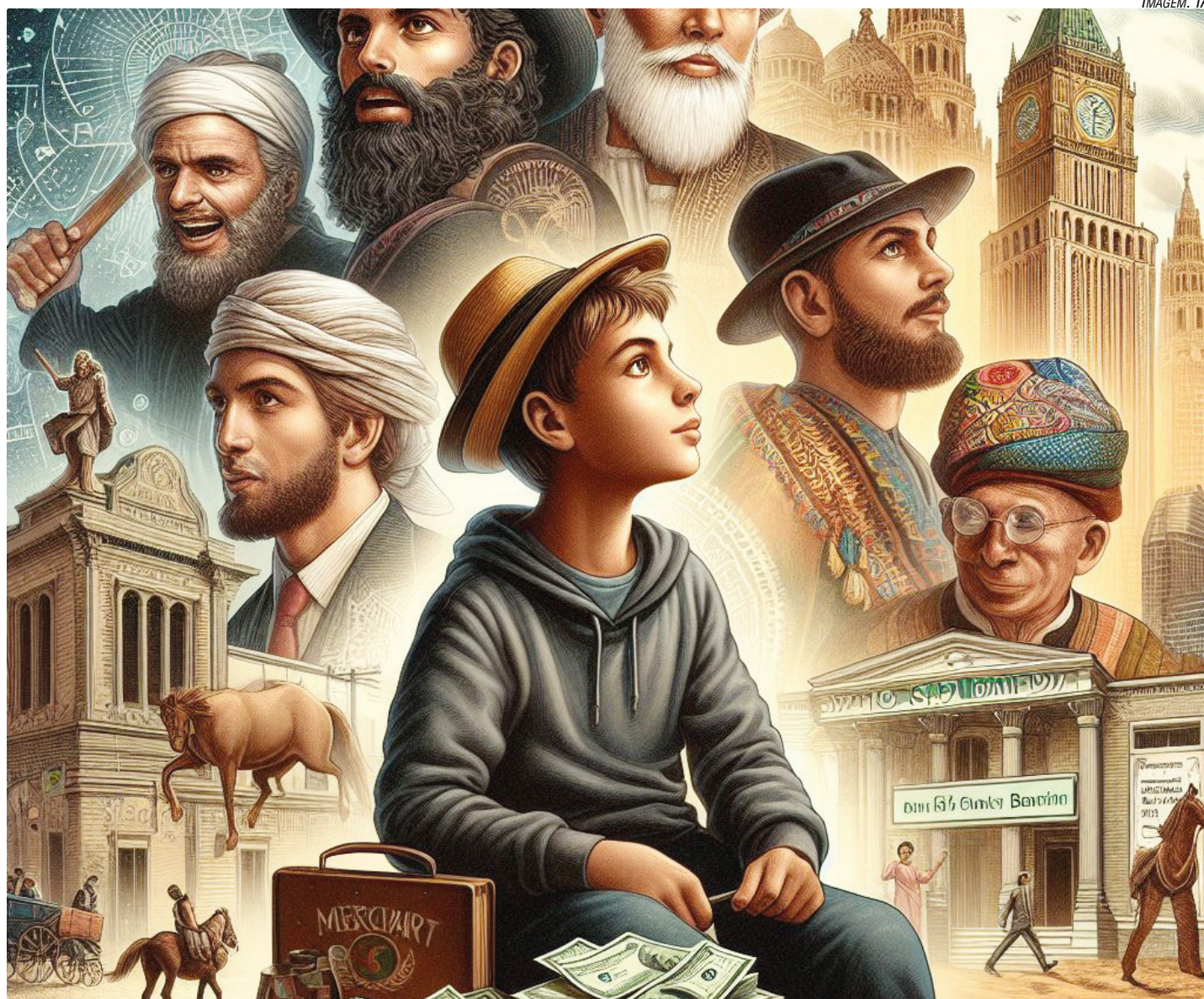
burras do Erário, a serviço das elites. Após algum tempo, ei-lo vereador na capital, votado na periferia, com todas as benesses de edil. Dali a deputado foi um passo... Por conveniência, ei-lo frequentando cultos evangélicos, paparicando pastores envolvidos em política partidária. e generosos dízimos. Sacos de dinheiro que aportavam, a todo instante, a cada culto, impressionando-o vivamente.

Empossado, festas, glamour, bajulações; cercado por anônimos e celebridades; a pompa e benesses de um parlamentar neste País ainda colonialista, mercantilista, propriedade de meia dúzia de figurões. Dinheiro às pencas depositados a todo instante na conta corrente às custas do surrado contribuinte. Havia, diz-se, um departamento interno somente com intuito de "bolar" e engordar os já nababescos salários parlamentares. Verbas de gabinete, auxílio morada, combustível, correios, planos de saúde e previdência especiais, diárias para viagens, gráfica, despesas extras, jetons, enfim o paraíso. Tantos privilégios e regalias gerariam, certa época, rumoroso escândalo, chegando aos jornais e tribunais, com enérgica atuação coibitiva por parte do Ministério Público.

Ao fim do expediente, consultando o extrato, conta corrente recheada, valores impensáveis para um cidadão comum - quais as sonhadas minas de ouro e prata da infância distante - acrescido de oportunista e sarcástico viés religioso, não deixa de exclamar, em êxtase:

- Ah, isso aqui, sim, ó Senhor, é verdadeira, abençoada assembleia de... Deus!

IMAGEM: IA





# VIAGEM PELAS MEMÓRIAS, CAMINHANDO NA TRAJETÓRIA DA VIDA

## Olímpio José de Castro



Da esquerda para a direita: Margarida, Francisca, Olímpia e Ambrosina

Em meio ao interior de Minas Gerais, um homem escreveu sua história, era muito trabalhador, muito decidido, franco, com bom coração e muito religioso. Assumiu brigas pela igreja e outros, e ao mesmo tempo, tinha uma personalidade brincalhona, semelhante a um moleque, não aparentava a idade que tinha, pois possuía um humor que lhe era peculiar.

Olímpio José de Castro, nasceu em 16 de novembro de 1.891, em meio rural, sendo o décimo filho de Modesto José de Castro e Margarida Rainha dos Anjos. Durante a infância aprendeu as tarefas da roça com os pais e os irmãos, que logo viraram sua paixão. Em meio familiar, também aprendeu os costumes, a religiosidade e a importância de ajudar os outros.

Quando jovem possuía o hábito de usar cabelo raspado, bem curto, por isso não se preocupava em pentear o cabelo pela manhã. Certa vez, tinha trabalhado na noite anterior, apagando fogo nas pastagens de seus vizinhos, acordou e foi na bica lavar o rosto, partindo em jejum para ir à missa na Semana Santa bem cedo. Chegando em São Tiago observou que todo mundo o cumprimentava e ria, entrou na igreja e quando saiu da missa, resolveu dar uma olhada para ver porque todo mundo estava rindo, foi aí que percebeu que ainda estava com o rosto sujo de carvão.

Chegando a fase adulta decidiu viver em Mercês de Água Limpa, onde morou maior parte de sua vida na Fazenda Água Limpa. Olímpio conheceu Maria Cristina de Jesus com quem casou pela primeira vez e teve onze filhos, sendo: José Mascena de Castro, Messias Mascena de Castro, Geraldo Mascena de Castro, Antônio Mascena de Castro, Vicente Mascena de Castro, Maria Olímpia de Castro, Francisca Olímpia de Castro, Brígida Olímpia de Castro, Margarida Olímpia de Castro, Ambrosina Olímpia de Paiva e Olímpia Maria de Castro.

A primeira esposa, Maria Cristina, mas conhecida como “Sá Mulata”, mandou fazer um banco para Igreja de Mercês de Água Limpa, que era usado exclusivamente pela sua família. Sendo assim, o casal e os filhos eram suficientes para ocupar todo o banco. Sempre que alguém estranho ou desconhecido se sentava no banco, ela dava aquela “rapada na garganta” e olhava de lado, e logo a pessoa se retirava do banco. Ela era muito sistemática.

A esposa faleceu nova, na missa de sétimo dia do falecimento, ele começou a ficar preocupado, tinha muitas moças dentro de casa e precisava arrumar uma companheira, para ajudar nas tarefas domésticas, também para dividir as responsabilidades e o cuidado com as filhas solteiras, por isso ficou prestando atenção nas moças solteiras do povoado, percebeu uma moça que estava com a sua mãe. Teve uma conversa com a mãe da moça demonstrando o interesse no casamento, a mãe da moça era viúva e consentiu com o casamento.

Desse modo, ele casou-se pela segunda vez com Floripes Maria de Castro com quem teve oito filhos, sendo: José Luís de Castro, Maria Olímpia de Castro (Marieta), Modesto de Castro Neto,

Juscelina Olímpia de Castro (Jorça), Ramiro Olímpio de Castro, Olímpio Mascena de Castro, Maurílio Olímpio de Castro (Murilo) e Teresinha Olímpia de Castro.

Na lida da roça Sr. Olímpio trabalhou com gado leiteiro, na cultivo de milho e feijão, com carro de boi, também com plantio de cana-de-açúcar para a fabricação da garapa, melado e rapadura. Sempre preocupado em dar o melhor para a sua família, pois tinha o costume de trazer presentes para os filhos quando vinha a cidade, principalmente aos filhos menores. Certa vez não sabia o que trazer, o comerciante deu a ideia de levar bala, ele achou diferente porque nunca tinha levado bala, e também viu que era muito barato, por isso pediu para pesar dois quilos de bala, o dono da venda disse que não vendia a quilo, apenas por unidade, então Sr. Olímpio argumentou que seria pelo fato de ter muitos filhos. O vendedor pesou dois quilos de bala e contou as unidades, ele colocou no embornal e veio para Capelinha. As balas de nata, as primeiras que vendiam naquela época, eram muito gostosas. Começando a chupar as balas de duas em duas, veio devagar a cavalo, o caminho era longo, quando estava chegando colocou a mão no embornal e não achou nenhuma bala, assustado, parou o cavalo e percebeu que tinha chupado todas as balas, não sobrando nenhuma para as crianças. Contando essa história ele falava: “vancê” (você) não vê, que dá daqui, dá dali, a mãozinha foi escorregando, foi passeando e chupei todas as balas e não chegou nenhuma bala pros meninos”.

Certa vez, a novidade na cidade foi uma máquina de fazer picolé em São Tiago. Comprou dois para cada filho, um para a esposa e quatro para ele chupar durante o caminho, mandou embalar e colocou em uma lata de leite, veio embora satisfeito. Por ser refrescante com aquele calor, os picolés dele acabaram rapidinho, quando chegou em casa, contou a novidade para as crianças, saíram de dentro de casa para ver, quando abriu a lata, os palitinhos estavam todos boiando, mas pelo menos deu para as crianças tomarem o caldinho dos picolés, porque já estavam todos derretidos.

Quando chegava em sua casa ou dos filhos, já vinha brincando com as crianças, tinha muito papo, com crianças e jovens, gostava muito de conversar com qualquer pessoa.

Por ocasião do nascimento das filhas gêmeas do Sr. Obejar, ele pediu ao seu irmão Olímpio para fazer o registro de nascimento, que aceitou prontamente. Segundo as orientações as gêmeas iriam se chamar Dulce Maria de Castro e Dilce Maria de Castro. Elas tinham uma irmã mais velha que se chamava Margarida, sendo assim, quando chegou no Cartório, Sr. Olímpio colocou o nome das gêmeas de Dulce Margarida de Castro (Durge) e Dilce Margarida de Castro (Dirce). Voltando a Capelinha na casa do irmão, Obejar percebeu que as filhas não foram registradas com o nome proposto. Dessa forma, Sr. Olímpio argumentou que colocou Margarida no segundo nome para que as três ficassem “pareadas”, era um nome bonito e que Santa Margarida era uma santa boa, iria pro-

teger as três muito bem. E não teve recurso, ficaram com o segundo nome de Margarida ou invés de Maria.

Em meados de 1949 a 1953 viu-se a necessidade de aumentar a igreja em Mercês de Água Limpa, que era uma verdadeira capelinha, muito pequena, origem do apelido do Distrito. Chegaram à conclusão que precisava de uma igreja de verdade, uma maior, precisaria de madeira e pedras para aumento da igreja. Vários fazendeiros principalmente da região da Prata e do Jardim deram muita madeira, mas não existia caminhão para fazer o transporte, era apenas por meio do carro de boi, em reunião com o padre e o bispo decidiram que iria precisar de dois carros de boi trabalhando simultaneamente por dia, para fazer o transporte das madeiras e pedras, sendo assim, sugeriu o revezamento que cada fazendeiro cederia um carro de boi por dia. Sr. Olímpio cedeu o carro de boi que permaneceria fazendo todas as viagens, desde o primeiro ao último dia. E todas as pedras foram tiradas do seu terreno, não tirou de outro lugar, forneceu angelim e outras madeiras, completaram com as doações de outras fazendas que tinha peças grandes.

Em meio a desafios, quando Monsenhor Francisco Elói voltou da guerra e foi designado para fazer celebração em Capelinha e para ser pároco em São Tiago, inicialmente não foi bem recebido pelas pessoas da Capelinha, que o recusaram, dizendo que Monsenhor seria “recebido a bala”, porque eles exigiam um pároco experiente, mais velho, conceituado, não queria um servidor de guerra e queria um padre de Bom Sucesso, já que estavam acostumados com o Padre José Duque e Padre Inácio, sendo assim se revoltaram e pediram para que colocassem outro no lugar. O Sr. Olímpio foi enfrentando cada um dos fazendeiros, a favor do Monsenhor justificando que São Tiago precisaria de um pároco novo, com novas ideias, Monsenhor tinha um conhecimento amplo, pois, já co-

nheceu o exterior, tinha força para trabalhar para a paróquia, sendo exclusivo de São Tiago. E quem não aceitasse teria que passar por cima dele. Monsenhor quando ouviu, os rumores de Capelinha, até pensou em pedir apoio dos militares, mas não foi necessário, porque Sr. Olímpio já tinha “peitado” os fazendeiros para o seu acolhimento.

No âmbito da sociedade da época, Sr. Olímpio foi membro da Sociedade São Vicente de Paulo, ajudou nas campanhas sociais e religiosas e também com doação de gado, principalmente nas festas de São Sebastião e Nossa Senhora das Mercês.

Em relação aos costumes, ele era uma pessoa muito focada, quando estava com sentido em fazer uma coisa, gostava de ir direto e resolver, só cumprimentava as pessoas e não dava muito papo para os conhecimentos. Deixava para conversar depois, se acontecesse de “garrar de papo” com algum conhecido, ficava coçando a cabeça e sempre teve o hábito de falar depressa.

No que diz respeito à paixão, Sr. Olímpio amansou cavalo a vida inteira, possuía uma experiência muito grande. Tinha um cavalo “pordo”, que marchava sozinho pois passou da época de amansar, mas queria montar nele. Resolveu então amansar, o cavalo pulou muito no primeiro dia, no segundo dia pulou menos, aconteceu dele cair do cavalo, mas por fim acabou amansando e depois disso passava com o cavalo nas roças dos filhos, falava para as crianças montarem, porque o cavalo estava manso. Posteriormente ele teve uma dor no abdômen e muitos dizem ter sido proveniente a esse tombo. Assim, veio a faleceu em 02 de fevereiro de 1.969, aos 77 anos.

**Fernando de Castro Campos**  
**Fernando José de Castro**

## Túmulo da família Navarro

Tradicional família de nosso meio, no passado, os Navarro em sua quase total maioria, buscaram novos horizontes, perdendo contacto com a cidade. O Sr. José Navarro e seus filhos Braz e Newton enquanto vivos mantiveram assídua presença e participação na vida local. Outros filhos do Sr. José Navarro, Paulo, Mirtes, Moacir com menor atuação em nossa comunidade.

O túmulo da família no cemitério local, em precário estado de conservação e deterioração, guarda uma marca peculiar: uma coluna partida, que, em tese é um símbolo maçônico ou iniciático. Pesquisas realizadas, porém, junto a arquivos da Ordem não localizaram/registram Navarro (em particular o Sr. Braz Navarro) como eventual filiado àquela Instituição.

Além do patriarca Braz Navarro (1849 – 1908), o jazigo abriga os restos de sua esposa D<sup>a</sup> Maria Teófila Navarro (1887 – 1948) importante figura da história local e titular de rua na área central da cidade.

Fica o registro.

Sobre o Dr. José Navarro ver matéria em nosso boletim nº CLXXVI - maio/2022.





# Baú de enxoval



Arca, baú, móvel antigo imprescindível em todas as residências algumas décadas atrás, onde a família tinha filhas, donzelas que desde jovens eram preparadas para um único objetivo: o casamento. Esta era a expectativa predominante dos pais. Nas residências, normalmente localizado no quarto dos fundos, ficava o baú, hermeticamente fechado com cadeado, destinado a guardar o enxoval, uma preciosidade para a futura noiva.

Mas o que é exatamente o enxoval? Trata-se de um conjunto de roupas e pertences destinados a noivas, estudantes, militares, recém-nascidos. Geralmente composto por roupas de cama e banho, escolhidas com critérios de economia, praticidade e durabilidade. Sua origem remonta à antiguidade, quando era produzido nas famílias com a supervisão coletiva das mães, avós, tias, madrinhas e irmãs.

Segundo o dicionário brasileiro de língua portuguesa, o enxoval é o conjunto de roupas e complementos necessários para alguém que vai estudar fora, trabalhar, casar ou aguardar o nascimento de uma nova criança. A palavra francesa "trousseau", que significa "trouxinha", é a origem literal do nome, remetendo à trouxa de roupas levada por alguém para sua nova moradia.

Antigamente, os artigos de enxoval eram lisos, brancos, de algodão, confeccionados com excelente matéria-prima visando à durabilidade da peça. Tudo era bordado à mão, identificado com monogramas, com ricos acabamentos em tiras bordadas, ponto russo, rendas largas, fitas, aplicações e diversos tipos de bordados. Esse trabalho era feito com paciência e esmero, agregando valores de afeto ao enxoval confeccionado. Quantos de nós ainda guardamos com carinho uma peça produzida artesanalmente por alguém da família? Peças como uma toalha de mesa, um pagãozinho, um sapatinho de lã, uma manta, um babador com nome, tornam-se verdadeiras relíquias, amareladas pelo tempo, mas perfeitas em nossas memórias e em nossos corações.

Lembro-me de algumas primas, mais velhas e sol-

teiras, que aos domingos se reuniam em frente à janela de madeira, com bastidores, balaies de linhas e meadas, bordando seus enxovais. Era um ritual calmo, cheio de graça e suavidade, envolto em pensamentos e linhas coloridas, com ferro a brasa, agulhas diversas, enquanto o rádio de pilha tocava Tônico e Tinoco até altas horas. Quando concluíam o trabalho, era hora de exibir o avesso bordado, mostrando o tremendo capricho em ambos os lados da peça.

Com essas lembranças, os dedos iam permeando os tecidos alvos e macios, criando novas peças. Depois, elas eram lavadas, engomadas com a goma de polvilho, passadas várias vezes com o ferro a brasa e cuidadosamente guardadas em sacos brancos com naftalinas, sabonetes, raminhos de manjerição e outros elementos aromáticos. Tudo era depositado no baú, na arca. Era uma verdadeira arca da aliança, simbolizando amor, perpetuação e pertencimento.

Hoje, a realidade é bem diferente. Recursos tecnológicos personalizam milhões de peças em poucos minutos. O progresso e a praticidade das listas on-line definem todo o processo. As encomendas chegam aos destinatários com rapidez e precisão. No entanto, há uma falta do contato físico, da escolha e do preparo envolvidos no processo, o que nos deixa com uma sensação de nostalgia e saudade. É importante estarmos atentos para não perdermos esse tempo de espera, de preparo e de romantismo, onde o crescimento do amor e da cumplicidade são diários na preparação do enxoval.

**Maria Elena Caputo**  
Membro do IHGST

## Histórias - São Tiago: 75 anos (1949-2024)

# Capangas em busca de Zé Gabet na Pavuna

Era uma manhã fria de meados de setembro, com um tempo acinzentado, folhas das árvores caídas ao chão. Parecia que até o tempo tinha parado na bucólica São Tiago devido à tragédia ocorrida na Pavuna (1916); a morte de um pai e seus sete filhos, deixando uma mãe com o coração dilacerado.

Por volta das 6 horas da manhã, dois capangas a cavalo, trajando capas, chapéus e espingardas a tiracolo, adentraram a localidade pela estrada de Oliveira, por onde transitavam diversas pessoas a caminho de São João del-Rei, Centro-Oeste de Minas, ou vice-versa. Diante disso, os moradores próximos a Vargem preferiam manter suas janelas entreabertas ou fechadas, temendo visitas indesejadas em meio ao seu cotidiano. Quanto ao acontecimento na Pavuna, preferiam não comentar nada do que sabiam.

Havia pessoas que não compreendiam a barbaridade que um pai havia cometido contra os próprios filhos. Alguns se questionavam: 'Por que essa tragédia aconteceu?' Outros conjecturavam que José poderia ter se envolvido em alguma confusão relacionada ao seu trabalho como boiadeiro, na região do Centro-Oeste Mineiro. Talvez estivesse sendo ameaçado, chantageado ou temesse que alguém viesse fazer justiça. Afinal, não fazia sentido um pai cometer uma covardia daquele tamanho contra a própria família.

Ao adentrarem as estreitas ruas da localidade, os dois capangas subiram em direção ao centro da freguesia. Lá, encontraram um senhor atrás da igreja matriz, a qual estava em construção nos alicerces. Ao questionarem sobre a residência da família de José Gabet, o pobre homem, visivelmente assustado diante dos dois cavaleiros armados, começou a chorar e indicou que deveriam virar na rua ao lado e seguir até a descida para chegar à Pavuna.

Os dois capangas dirigiram-se à Pavuna para cumprir um mandato imposto por um coronel. Próximos à descida, depararam-se com outro senhor que carregava um pequeno feixe de lenha na cabeça. Assustado com a presença dos cavaleiros, ao ser indagado sobre a família de José Gabet, e pensando que eles fossem justiceiros, apontou o dedo e respondeu: 'Até a semana passada, moravam ali; hoje, todos estão enterrados no cemitério da freguesia.'

Um dos capangas indagou sobre o que havia ocorrido. O senhor, gaguejando, relatou que soubera que Zé Gabet comprara um lombriagueiro na cidade vizinha, São João, e o deu a toda a família, que



na realidade, era um veneno para exterminar ratos, resultando na morte de todos. Apreensivo, optou por não comentar nada a respeito de D. Nhanhá.

Um capanga disse ao velho que José fez justiça, pois, caso contrário, teriam feito isso e levado sua orelha como prova. Os capangas seguraram as rédeas dos cavalos, viraram-se e retornaram de onde vieram. O senhor, com as pernas trêmulas, voz embargada e suando frio, dirigiu-se para casa, abandonando o feixe de lenha caído na estrada. Atordoado pelo que ouvira, subiu correndo para sua residência. Ao chegar, tomou água e compartilhou o incidente com seus familiares, dirigindo-se em seguida ao Largo para verificar se os capangas ainda estavam por lá. Aproveitou a oportunidade para compartilhar a situação com outras pessoas, alertando para que todos tivessem cuidado com os dois sujeitos estranhos que andavam pela localidade.

**Marcus Santiago**  
IHGST/ALSJD

## Sátira de uma cidade

**Autor: TRMSantiago (Tiago do Béco)**

- 1- Se a água é cara, é fácil resolver:  
Tome água de côco, coma abóbora, xuxu, abacaxi e melancia.
- 2- Se algumas ruas são mal iluminadas e taxas são caras! É fácil resolver:  
Faça uma criação de milhões de vagalumes.
- 3- Se a rede de esgoto está dando mal cheiro. É fácil resolver:  
Tampe o nariz, durante as 24h.
- 4- Se algumas ruas têm calçamentos razoáveis, é fácil resolver:  
Passe por cima... Voando.

- 5- Se tem animais nas ruas: burro, cachorro, vaca, etc. É fácil resolver:  
Procure um bicheiro... Taí a dica... Boa sorte.
- 6- Se tem som alto depois das 22h, é fácil resolver:  
Tape os seus ouvidos com algodão, durma... É melhor.
- 7- Se tem Hoteis e Restaurantes, más a noite não tem janta, é fácil resolver:  
Procure um trailer... e come um cachorro quente e tome um refrigerante... e depois vá dormir. Boa noite, fomento.



## O ROMANCEIRO DA INCONFIDÊNCIA

***“Liberdade – essa palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda!”  
(Cecília Meirelles).***

No ano de 1943, ao visitar os locais onde transcorreram os principais acontecimentos e tramas da Inconfidência Mineira, a poetisa Cecília Meirelles – que ali se encontrava para a elaboração de uma reportagem – disse ter escutado “os homens de outrora” assim como as “pedras e as grades da cadeia” para que contassem a sua história. O “apelo” de fantasmas do passado ainda vivo – “vozes que falavam, que se confessavam” – para que Cecília fosse a porta-voz, a rapsodo da épica intentona mineira do século XVIII. “Vozes” do passado ou sombras, os reais protagonistas ou tribunos, que exigiam o registro de sua história, pois os nossos ouvidos “na terra surda que os homens pisam já nada entendem”.

Como sabemos, Cecília Meirelles é uma autora de marcas místico-simbolistas, com grande sintonia com o contexto medieval e temática oriental. Relata a autora que os versos, muitas vezes, chegavam à sua cabeça já metrificadas, curiosamente com a predominância de heptassílabos. Linguagem culta, fluida, de fácil leitura e assimilação. Estilo eclético, polifônico, onde se fusionam variações e tropos simbolistas, barrocos, até mesmo associados ao pastoralismo e bucolismo árcaico. Matéria prima eivada de paisagens, cenários singulares, contrapostos ao tempo corrente das minas, senzalas, capelas, caminhos... O Romanceiro “se foi compondo” ao invés de ser composto, com realce para a participação da memória histórica e coletiva – “fantasmas” do passado – na criação da obra.

Em estilo lírico-narrativo, após intensa pesquisa histórica, veio a público em 1953 o “Romanceiro da Inconfidência”, obra composta por cinco “falas”, quatro “cenários”, um “retrato”, uma “imaginária serenata” e oitenta e cinco “romances”<sup>(1)</sup> onde personalidades, as mais diversas, componentes históricos, anônimos e imaginários, são inseridas, a exemplo de Chico Rei, o sapateiro Capanema etc<sup>(2)</sup>. O intento de se reconstituir cenas e fatos, de ajustar “à verdade histórica o halo das tradições e da lenda” no dizer da própria Cecília; assim, personagens de pouca notoriedade ou virtualmente desconhecidos são inseridos pela autora na sua composição.

Um poema igualmente de nuances trágicas e emotivas ao descrever a morte de Tiradentes, fundindo-se história e imaginação. A ressentida consciência nativa ainda se lamenta, vilipendiada pelos carrascos de sua liberdade, de seu progresso. “Embaixo e em cima da terra / o ouro um dia vai secar / Toda vez que um justo grita / um carrasco o vem calar / Quem não presta fica vivo / quem é bom, mandam matar”.

“O meio-dia confuso, ó vinte e um de abril sinistro / Que intrigas de ouro e de sonho houve em tua formação? / Quem ordena, julga e pune? / Quem é culpado e inocente? / Na mesma coroa do tempo / cai o castigo e o perdão / - liras, espadas e cruzes / pura cinza agora são / Na mesma cova, as palavras / o secreto pensamento / as coroas e os machados / mentira e verdade estão”.

## Cecília Meireles

### Romanceiro da Inconfidência



### CONTEXTO DA OBRA –

O eu poético concentra-se cenicamente em Vila Rica, a partir de suas ruínas, pontes, muros, capelas... “Todos os sonhos barrocos / deslizando pelas pedras / Pátios de seixos. Escadas / Boticas. Pontes. Conversas / Gente que chega e que passa / E as ideias”. Os romances I a XI enfocam os desvarios e os sofrimentos causados pela exploração do ouro. Os romances XVII-XIX são um introito ao movimento conjurado com enfoque no martírio dos escravos, a efemeridade das riquezas. Romance XIX pressagiando conflitos ante os tempos difíceis – insatisfação para com a Corte, a baixa produtividade das minas. O romance XII acha-se mais ligado à nossa região<sup>(3)</sup>, narrando a infância de Joaquim José da Silva Xavier na Fazenda do Pombal, bem como aspectos de sua juventude. Eis evocado o porvir da criança: “Pois vai ser levado à forca para morte natural...”. E o vaticínio de um cigano: “Duvido muito, duvido / que se deslinde seu fado / vejo que vai ser ferido / e vai ser glorificado” (Romance XXXIII). E a amarga canção da poetisa:

“O passado não abre a sua porta / e não pode entender a nossa pena / mas, nos campos sem fim que o sonho corta / vejo uma forma, no ar, subir serena: / vaga forma do tempo desprendida / E a mão do Alferes, que, de longe, acena / eloquência da simples despedida? “Adeus! Que trabalhar vou para todos!... / (Esse adeus estremece a minha vida)”.



Romances XX a XXXVIII, por sua vez, abordam as reuniões a portas fechadas, os contactos, a construção dos ideais dos inconfidentes – ênfase para os intelectuais Tomás Antonio Gonzaga, Alvarenga Peixoto e Cláudio Manoel da Costa – permeados com a presença de pessoas do povo: negros, mulatos, trabalhadores e ainda religiosos e militares. Avulta-se a figura de Tiradentes com o seu conhecimento do povo e da terra, homem simples e servidor da população com suas artes farmacológicas (romance XXVII). A prisão e solidão de Tiradentes no cárcere (romances XXXVI e XXXVII) bem como a prisão dos demais conjurados. A figura pérfida de Silvério dos Reis, o delator do movimento (romance XXVIII). Ainda a figura do Embuçado, percorrendo as ruas de Vila Rica, batendo à porta das casas dos envolvidos, alertando-os para que fugissem e queimassem documentos comprometedores (romance XXXVIII).

O romance XLIII empresta voz aos indignados, aos que se espantam com a pusilanimidade dos covardes e delatores, com a crassa falibilidade, parcialidade, quando não corruptibilidade da justiça régia, deixando de punir amigos e protegidos das autoridades, acobertando um Inácio Pamplona (romance L), enquanto o braço cruel, esartejador cai sobre Tiradentes, elo mais fraco da sublevação. Tema retomado nos romances LI e LII, dentro do clássico diferencial da justiça: impunidade para os endinheirados e a enxovia sórdida para os que nada possuem ou que não dispõem de formas de imunidade. “E a vida em severos lances / empobrece a quem trabalha / e enriquece os arrogantes / fidalgos e flibusteiros / que reinam mais que a rainha / por estas minas distantes”.

Até os bens dos inconfidentes levados a leilão, após confiscados por meirinhos e beaguins a serviço do colonialismo, saindo por baixíssimo preço, como no caso dos pertences do alferes Tiradentes.

O relato em lamento do caminho percorrido por Tiradentes até a força: palavras vivas proferidas por um bêbado<sup>(4)</sup>, testemunha da infame sentença, ali cumprida em meio à gente assistente do soez espetáculo – as figuras do carrasco, o negro Capitania, que se curva ante a grandeza da vítima, silenciosa, decorosa ante o cadafalso (romance LIX). Detém-se a autora em longa, meditativa explanação sobre as prisões de Claudio Manoel e Gonzaga, e tocantes trechos sobre a solitária existência de Marília de Dirceu na cidade de Antonio Dias. Reflexões sobre a insana rainha D. Maria I, a embriaguez do poder, a vaidade e suntuosidade dos poderosos, o elevado valor do caráter, a efemeridade dos bens materiais e de tudo quanto é terreno.

A autora externa simpatia pelos revoltosos, enaltecendo a trama conjurada e o caráter altivo de Tiradentes, embora desacreditado por muitos: “Passou um louco montado / passou um louco a falar / que isto era terra grande / e que a ia libertar (...) / O louco já deve ir lon-

ge: / mas inda o vemos pelo ar... / por aqui passava um homem / e como o povo se ria! / Liberdade ainda que tarde nos prometia” (Romances XXX-XXXI).

O peculiar romance trata, inclusive, dos cavalos “que jazem por aí caídos”, utilizados pelos inconfidentes em suas andanças, nas pujantes empreitadas em prol da conjuração. Ao final, uma peroração aos inconfidentes mortos – paixões, sonhos, amores, ódios, covardias, ousadias – tudo compondo as teias do passado aparentemente silencioso, mas no horizonte “é memória da eternidade, referve o embate, de antigos fatos, de homens antigos” Vozes que não se calam, jamais se calarão, pois são elas a própria liberdade!



Cecília Meirelles

## NOTAS

(1) A obra, em tese, divide-se em três partes: 1. A florescente atividade mineradora, sua descoberta e exploração e as crescentes insatisfações contra o governo colonial; 2. Os desdobramentos conspiratórios da Inconfidência: ideias, reuniões, planos, o fracasso do movimento; 3. Consequências da repressão movida pela Coroa contra os insurgentes.

A obra tem como tema central a busca da resposta para o fracasso do movimento; rememorando a execução de Tiradentes, a autora/locutor interroga: “Que intrigas de ouro e sonho houve em tua formação?”

“Um flácido silêncio adeja / sobre esses restos de uma história / de sonho, amor, prisões, sequestros / degredos, morte, acabamento...”.

(2) A composição não se circunscreve aos personagens históricos, de reconhecimento público, emprestando, outrossim, voz aos excluídos ou pessoas comuns como tropeiros, bêbados, velhos, ciganos, mineradores, artesãos, as múltiplas vozes que se acham fora da história oficial. Até uma donzela solitária, cujos familiares achavam-se distantes na busca do ouro, merece a atenção da autora: “Donzelinha, donzelinha / dos grandes olhos sombrios / teus parentes andam longe / pelas serras, pelos rios / tentando a sorte nas catas / em barrancos já vazios” (Romance X).

(3) Dentre tantos personagens levados às masmorras coloniais com atuação direta em nossa região, mencionam-se a figura do Cel. Francisco Antonio de Oliveira Lopes, rico fazendeiro, falante, loquaz, com propriedades em Prados e Resende Costa: Pe. Carlos Toledo, com propriedades em Tiradentes e São Tiago: os José de Resende Costa, pai e filho com atuação em Resende Costa: Vitoriano Veloso em Prados.

Ver matéria em nosso boletim nº CII - março/2016, CIII - abril/2016 e CXV - abril/2017.

(4) Ao narrar a morte, o derradeiro momento do herói, a autora, emocionada, empresta voz a um bêbado: “Vi o penitente / de corda ao pescoço / a morte era o menos: / mais era o alvoroço / Se morrer é triste / por que tanta gente / vinha para rua / com cara contente? ... / Não era uma festa / não era um enterro / não era verdade / e não era erro - Então, por que se ouvem / salmo e ladainha / se tudo é vontade / da nossa rainha?”

# DE POETA E LOUCO TODOS TÊM UM POUCO

## FAMILIARES

SER CHEFE, POR FORA UM POUQUINHO AMARGA, MAS,  
POR DENTRO, É ROSINHAS FLORES  
[Guimarães Rosa; Grande Sertão: Veredas]



### O CHAVEIRINHO

(Para Marco Antônio: em 28 de dezembro de 1993)

Sidérea nuvem no céu a brisa  
Ao longe leva e no além desfaz.  
Assim a vida também desliza  
Saudade apenas deixando atrás.

Jamais, por isso, não se reprisa  
O tempo bom do Jardim, rapaz!  
Criança, tinhas a fronte lisa  
Dos pesadelos que a vida traz.

Naquele tempo, me deste, um dia,  
Esta mensagem de Deus gravada  
Num chaveirinho, que eu guardaria,

Com teu retrato, p'ra mim fadada:  
**Papai, carregue-me (assim dizia),  
E veja como eu não peso nada!**

### MINHA PRINCESA

(Para Moema Cristiana: em 22 de dezembro de 1993)

A Deusa Flora a transmudar se via  
Inteira a terra num vergel de flores.  
Por toda parte, em profusão, havia  
Aves cantando, sem cessar, amores.

Eis senão quando, num faustoso dia  
Do mês de outubro, todo envolto em cores,  
Na Santa Casa, em São João, nascia  
A filha amada destes meus louvores.  
Hoje das mães (consagração suprema)  
Cinge-lhe a fronte filial diadema,  
Por quem agora, ela só vive e sonha.

Mas, que saudades da Princesa minha  
De quando, bela, ainda pequena, vinha  
Sobre meu colo se sentar risonha.



## UMA FULGENTE ESTRELA

(Para Maira Suzana: em 31 de dezembro de 1993)

Um dia destes, eu lembrando estava  
As cousas boas e da vida belas:  
Qual dentre todas a que eu mais gostava  
Se repetisse na saudade delas?

E por resposta apareceu-me linda  
Do meu passado uma fulgente Estrela.  
Se os olhos cerro, eu a contemplo ainda  
Na cena antiga que reví, ao vê-la.

Ei-la! A visão serena da bonança,  
Que na fé em Deus o coração me inflama  
Com seu sorriso meigo de criança.

E, de repente, eu sinto, alguém me chama,  
Numa vozinha cheia de esperança:  
**Ó Pai, vem cá rezar na minha cama!**

## BODAS DE PRATA

(Para Inácia: em 21 de dezembro de 1993)

Naquele dia em que, buscando por Selene,  
Apolo Oito foi ao céu arremessada,  
Nós dois, também, partindo atrás do amor perene,  
Na vida entramos por Destino conjugada.

Nas alegrias e tristezas irmanados,  
Entre os revezes tão comuns na vida a dois,  
Aqui chegando, cinco lustros transpassados,  
Bodas de Prata celebramos, ora pois.

De nossos filhos rodeados na amizade,  
Hoje, lembrando do momento da partida,  
Agradecer de Deus queremos a bondade.

E de mãos dadas, sem temer a velha idade,  
Vamos seguir, sabendo bem que, nesta vida,  
De tudo fica, para sempre, uma saudade.

## UM DOM DE DEUS

(Para Aline Raquel: em 29 de abril de 1994)

Notívaga no céu, a lua cheia,  
Na última semana, em fins de abril,  
Iluminava a noite, em mais de meia,  
Nesta paragem bela do Brasil.  
As estrela mistérios e segredos  
Trocavam, num piscar intermitente,  
Quando tu, dissipando os nossos medos,  
Nasceste neste mundo, felizmente.

## CAMPEÃO

(Para Márcio Augusto: em 12 de dezembro de 1993)

**Champion! Champion!** Assim eu te chamei, sorrindo,  
Quando, uma vez, criança, andavas na cidade,  
Em liças disputando, entre os colegas, lindo,  
Os jogos infantis, normais da tua idade.

Mas, eis daquele tempo agora o sonho findo,  
Pois fez-se, na criança, o jovem. Que saudade!  
E, noutra direção a sorte perseguindo,  
Que a descrença, espero, a ti vencer não há-de.

Oh! vai-te, pois, meu filho, e Deus te favoreça!  
E que da Virgem Mãe a devoção tão linda,  
Por este mundo à fora, em ti, não desfaleça.

E, quando, enfim, chegar o dia de tua vinda  
Com os louros da vitória envoltos na cabeça:  
**Campeão! Campeão!** Repetirei ainda.

## BAÚ DE LEMBRANÇAS

(Para Filipe Augusto: em 30 de junho de 1994)

A vida acontece num só de repente,  
Qual raio que brilha nos olhos da gente,  
Trazendo esperanças.  
Filipe é seu nome, meu neto risonho,  
Feliz ocorrência nascida de um sonho,  
Baú de lembranças.

Recebe, menino, esta minha mensagem,  
Que fiz neste dia, singela homenagem,  
Aos teus três aninhos!  
E a quantos te almejam a felicidade  
Tributa, por conta de tanta amizade,  
Cuidado e carinhos.

Sê sábio, sê nobre, e até na velhice  
Conserva o sorriso e a doce meiguice,  
Riquezas que tens.  
Querido netinho, nos versos que faço,  
Em prova de afeto, te dou, com um abraço:  
Os meus **parabéns!**

Contigo uma centelha celestial  
Trouxeste-nos, menina sem igual,  
No meigo refulgir dos olhos teus.

Num idílio de amor e de ternura,  
Exclamo, então, repleto de ventura:  
Sim! Esta vida é mesmo um dom de  
Deus!

## Histórias de Monsenhor Elói

# Monsenhor Elói seria bispo diocesano?

Conta-se que, em um período no qual a diocese estava sob os cuidados do bispo Dom José Medeiros Leite, que se encontrava adoentado, e Dom Cristiano Portela de Araújo Pena, bispo de Divinópolis, estava no governo diocesano até a eleição, nomeação e posse de um bispo coadjutor, houve uma consulta sobre a possibilidade de Monsenhor Francisco Eloi tornar-se o bispo diocesano, pois ele atendia a todos os critérios de eleição. Posteriormente, iniciou-se um escrutínio secreto para verificar se o vigário de São Tiago preenchia os requisitos dispostos no cânon 378.

Monsenhor Eloi foi consultado e, nesse ínterim, compartilhou seus sentimentos com alguns amigos mais próximos, questionando-se sobre se seria o melhor caminho, uma vez que estava profundamente envolvido com as obras paroquiais, ações pastorais e, sobretudo, com o Ginásio e Colégio Normal Santiaguense, dos quais era diretor, e que passava por uma fase positiva.

Passados alguns dias, o vigário deveria dar uma resposta ao conselho presbiteral sobre aceitar ou não a nomeação eclesiástica para ser sagrado bispo. Ao retornar ao referido conselho, considerou a possibilidade de transferir a sede do bispado para São Tiago, uma vez



que não queria deixar a cidade. Contudo, de acordo com as leis canônicas, a sede do bispado não poderia ser transferida de uma cidade para outra. Diante dessa limitação, desistiu de assumir tal função.

Anos depois, a Diocese de Oliveira foi governada por Dom Antônio Carlos de Mesquita. Com sua transferência para a Diocese de São João del-Rei, Dom Francisco Barroso Filho foi nomeado e tomou posse como bispo diocesano. No entanto, já era evidente que a Diocese de Oliveira tinha uma espécie de predestinação, indicando que um bispo deveria ter o nome de FRANCISCO (Francisco Eloi de Oliveira/Francisco Barroso Filho).

**Marcus Santiago**  
Membro do IHGST

## Lendas urbanas de Belo Horizonte: assombrações e mistérios que permeiam a cidade

*Transmitidas de geração em geração, lendas continuam a alimentar o folclore e o imaginário dos belo-horizontinos, mantendo viva a aura de mistério que cerca a capital mineira*

Belo Horizonte, além de sua rica gastronomia, beleza natural e arquitetura, é também palco de uma série de lendas urbanas que alimentam a imaginação e os temores de seus habitantes. Estas histórias arrepiantes, transmitidas de geração em geração, continuam a alimentar o folclore e o imaginário dos belo-horizontinos, mantendo viva a aura de mistério que cerca a capital mineira. Conheça algumas dessas histórias que circulam pelas ruas da cidade.

### A Loira do Bonfim: sedução e mistério no cemitério

A Loira do Bonfim, sedutora e misteriosa, assombra os arredores do cemitério do bairro que leva seu nome. Diz a lenda que ela atrai homens para sua casa, que nada mais é do que o próprio cemitério, onde desaparecem misteriosamente entre os túmulos. Segundo a lenda, contada pelos mais velhos, esta foi uma das primeiras histórias de fantasma da cidade e existe desde 1919.

### O Avantesma da Lagoinha: riso diabólico nas ruas

Na penumbra das ruas do bairro Lagoinha, uma figura espectral tem perturbado a paz dos moradores por décadas. Conhecido como o Avantesma da Lagoinha, este ser é o combustível para incontáveis histórias assombrosas e é temido pelos moradores do bairro, onde, segundo relatos, já descarrilhou bondes com sua presença assustadora e seu riso diabólico. Mesmo com o desaparecimento dos bondes, sua figura ainda é avistada, agora assustando motoristas de ônibus.

### Maria Papuda: a maldição contra BH

Expulsa de sua casa para dar lugar à construção de Belo Horizonte, Maria Papuda amaldiçoa a cidade, sendo avistada na Avenida Afonso Pena, lamentando sua perda e amaldiçoando o progresso que a expulsou.

### O fantasma do Palácio da Liberdade

Segundo relatos, uma mulher despossuída, após perder tudo e ser exilada para a periferia, decide assombrar o Palácio da Liberdade, até então, residência dos governadores de Minas Gerais e ago-

ra aberto ao público, como forma de vingança e protesto contra as injustiças sofridas em vida.

### O fantasma da Serra

Na rua do Ouro, no bairro Serra, um enigma anual desafia a lógica e atia a curiosidade dos moradores. Vestido com a elegância de uma era pas-

sada e com um guarda-chuva na mão, o fantasma da Serra é uma visão que desafia o tempo, com um terno bem talhado que remete aos primórdios da capital mineira, quando Belo Horizonte começava a se desenhar no mapa do Brasil como a recém-nascida Cidade Jardim. Diz a lenda que ele era um funcionário público obrigado a se mudar de Ouro Preto para Belo Horizonte.

### A Moça Fantasma da Savassi

Quando a Moça Fantasma aparece na Savassi, um aroma de jasmim e dama da noite preenche o ar. Ela desce a Serra do Curral em busca de um amor perdido, desaparecendo com o amanhecer.

### O Capeta do Vilarinho

Durante um concurso de dança nos anos 1980, um homem com chapéu revela seus chifres, causando pânico entre os presentes. Dizem que ele era o Capeta do Vilarinho, cuja aparição assustou a todos na Avenida Vilarinho, em Venda Nova.

**Colaboração Dr. Tarcísio Oliveira**



*Diz a lenda que a Loira do Bonfim atrai homens para o cemitério, onde desaparecem misteriosamente entre os túmulos*

CRÉDITOS DA IMAGEM: GERADA POR IA



# HÁ 150 ANOS, IMIGRAÇÃO ITALIANA FOI PIONEIRA E TRANSFORMOU O BRASIL

*Cultura e economia brasileiras foram impactadas pela chegada dos imigrantes, que atravessaram o oceano em busca de uma vida melhor*

*Grupo de italianos as vésperas de embarque para o Brasil (Museu da Imigração/Reprodução)*

Por GABRIEL RODRIGUES

Uma história de 150 anos que começa com uma viagem de um mês e meio em condições precárias, nos fundos de um navio, agarrando-se à família e à esperança de um futuro do outro lado do oceano. Assim chegavam cerca de 400 italianos à costa brasileira em 21 de fevereiro de 1874, pioneiros de um movimento que atraiu 1,4 milhão de pessoas em 50 anos. A travessia, realizada no navio La Sofia, de Gênova rumo ao Espírito Santo, alterou para sempre não somente a vida de cada um desses desbravadores, mas a cultura e a economia brasileiras, que ganharam contornos italianos inegáveis desde então.

“Há um processo muito profundo nas imigrações, uma amálgama, uma mudança entre aqueles que estão no local e aqueles que chegam, caso eles se permitam se transformar”, introduz a professora de história da Universidade de Caxias do Sul (USC) Terciane Ângela Luchese. A decisão de sair de seu país, especialmente em uma época em que a travessia era tão perigosa e precária, não se explica por simples capricho dos migrantes, sublinha a pesquisadora. Foram abalos profundos nos dois países que abriram caminho para esse movimento.



Embarque de italianos em 1910

A imigração italiana para o Brasil não é um deslocamento isolado, mas parte de um momento que historiadores chamam de grandes migrações internacionais do século 19, explica Luchese. Como outras nações europeias, a Itália vivia um processo de unificação tardia, com diferentes povos em conflito no território cujos limites ainda se consolidavam. Ao mesmo tempo, a Revolução Industrial e o turbilhão de um capitalismo em formação empurrava milhares de pessoas para a pobreza. “A instabilidade gera o desejo pela imigração. Outro contexto é o hábito de migrar internamente na Europa. Muitos imigrantes italianos tinham tido experiências de trabalhar temporariamente na França, na Suíça, na Inglaterra”, pontua a historiadora.

Os italianos foram pioneiros e abriram caminho para outros fluxos de migração em massa no Brasil, enfatiza o coordenador de formação do Museu do Café, Henrique Trindade. “Eles foram responsáveis por transformar o fenômeno migratório em um movimento de massa. São os italianos, de fato, a enfrentar em conjunto os pri-

meiros grandes obstáculos das fazendas de café no interior de São Paulo, por exemplo, e que começam a se organizar para tentar melhorar de vida, a ter certa poupança para enviar aos parentes que ficaram na Itália ou para reconstruir sua vida no Brasil”, elabora.

Deste lado do Atlântico, o Brasil vivia sua própria revolução. O tráfico de pessoas escravizadas estava proibido desde 1850, e a abolição se aproximava. Assim, o país procurava uma nova mão de obra e estimulava a vinda de imigrantes. Um dos programas de incentivo prometia terras aos italianos sob uma espécie de financiamento que se arrastava pelos anos.

“O pagamento durava 15, 25 anos. Encontramos diferentes modos de contrato e de sobrevivência”, completa Luchese. “Há um dissenso muito grande entre aquele sonho, o desejo de se tornar proprietário de terra e ter uma vida melhor, e a realidade. Havia o mito da prosperidade. Era uma terra com vegetação subtropical ou mata atlântica, sem nenhuma referência habitacional próxima, e assim muitas permaneceram por anos”.

Nesse processo, os imigrantes começavam a se perceber, eles próprios, como um grupo unido. “Muitos se enxergavam como lombardos, sicilianos, tinham muitas identidades. Quando chegam ao Brasil, começam a ser chamados de italianos”, menciona a historiadora. Se, naquela época, a identidade italiana estava sendo construída, hoje é um alicerce herdado inclusive pelos descendentes de imigrantes. A Embaixada da Itália no Brasil estima que 32 milhões de brasileiros têm descendência italiana, e são tantos os pedidos de cidadania que o Judiciário de municípios italianos já se diz sobrecarregado.

## BRASIL E ITÁLIA, UMA AFINIDADE DE SÉCULOS

Não raro, ouve-se de brasileiros que visitam a Itália pela primeira vez que se sentem, em certa medida, em casa, rodeados por um povo tão caloroso quanto o do Brasil. Para o embaixador da Itália, Alessandro Cortese, a afinidade entre os países remonta há séculos, antes mesmo de 1874.

“Não podemos esquecer que a imigração italiana para o Brasil começou muitos anos antes. Por exemplo, a última Imperatriz do Brasil, Teresa Cristina, era italiana (napolitana), e entre os imigrantes ilustres, antes mesmo dos anos 70 do século 19, destaca-se um certo Giuseppe Garibaldi”, comenta, em referência ao chamado “herói de dois mundos”, que lutou tanto na unificação da Itália quanto foi uma peça-chave na Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul.

Para além da gastronomia, que incorporou a pizza (em uma versão brasileira), a lasanha e o panetone, por exemplo, a afinidade cultural do Brasil e da Itália é mais profunda, atesta o embaixador. “Não se trata apenas da partilha de uma matriz latina comum, que também deriva da considerável presença portuguesa, mas é uma influência mais refinada, que pode ser observada na busca pela beleza, na tradição artística, na poesia e na arquitetura. Basta mencionar os nomes de grandes artistas ítalo-brasileiros, como Portinari, Alfredo Volpi, Anita Malfatti e Lina Bo Bardi”, conclui.



Grupo de italianos as vésperas de embarque para o Brasil (Museu da Imigração/Reprodução) — Foto: Museu da Imigração/Reprodução

# 200 anos da primeira Constituição brasileira

*Em março de 2024, completam-se 200 anos da primeira das constituições brasileiras. Tendo perdido sua validade apenas na transição do Império para a República, ela é, ainda hoje, a constituição mais duradoura de nossa história. Constituição que estrutura o Brasil sob a forma monárquica, ela não deixa de expressar, porém, lutas, debates e tensões sociais e políticas da época.*

## Faculdade de Direito | Universidade Federal de Minas Gerais

Qual a relevância de uma constituição, a ponto de celebrarmos os 200 da 'Constituição Política do Império do Brasil', de 25 de março de 1824? Na modernidade como um todo, da qual ainda fazemos parte, uma constituição é uma das expressões mais significativas da existência de uma nação independente, soberana. Por isso, a Constituição de 1824 está internamente relacionada ao processo da independência brasileira diante de Portugal.

Embora a data oficial dessa independência remonte ao ano de 1822, não é exagero dizer que, como processo, ela continuará acontecendo ao longo dos anos seguintes e a elaboração de uma constituição própria para o novo país independente será um dos passos cruciais desse processo de mais longa duração.

Em outras palavras, sendo um documento de caráter tanto jurídico quanto político, uma Constituição relaciona-se internamente à organização de um direito nacional autônomo e ao desenvolvimento de uma política nacional autônoma, sendo um fator imprescindível para um país livre.

### O QUE REMEMORAR?

Mas o que havia na Constituição brasileira de 1824 que cabe lembrar nesses seus 200 anos? Em primeiro lugar, é importante lembrar de seus elementos mais visíveis, colocados em um primeiro plano tanto no próprio texto da Constituição quanto em boa parte dos estudos sobre ela. Nesse sentido, trata-se de uma Constituição que estrutura o Brasil sob a forma monárquica de governo, preservando no trono, apesar de eventuais esforços de diferenciação, a dinastia de Bragança, representada por Pedro I e por sua descendência.

A continuidade com a dinastia reinante em Portugal era tamanha que o mesmo Pedro I do Brasil, depois de abdicar do trono, virá a ser, do outro lado do Atlântico, Pedro IV de Portugal.

Na organização dos poderes do Estado monárquico, a Constituição de 1824 se notabilizará pela previsão de um quarto poder, ao lado dos três poderes comumente presentes nas demais constituições mundo afora: o poder moderador, "delegado privativamente" (Arti-

go 98 da Constituição de 1824) ao imperador. A função primordial desse quarto poder seria a de zelar pela independência, pelo equilíbrio e pela harmonia entre os demais poderes – legislativo, judicial e executivo, este último também chefiado pelo imperador e exercido por seus ministros.

Quanto ao poder legislativo, este era bicameral. Tecnicamente falando, ele era delegado à Assembleia Geral, com a sanção do imperador. A Assembleia Geral, por sua vez, vinha dividida entre a Câmara dos Deputados e a Câmara de Senadores (ou, simplesmente, Senado).

Do ponto de vista da organização político-administrativa ao longo do vasto território do Estado recém-fundado, a Constituição de 1824 estabelecia um modelo centralizado na Corte do Rio de Janeiro, deixando pouco espaço para as pretensões de autonomia das províncias.

Por fim, como uma Constituição típica do período situado entre o final do século 18 e o início do século 19, ela previa um conjunto de direitos individuais e políticos, sendo os direitos políticos balizados por eleições indiretas e fortes restrições censitárias. Entretanto, como um traço relativamente peculiar para a época, preocupava-se também com algumas questões sociais, garantindo "socorros públicos" (Artigo 179 da Constituição de 1824, inciso XXXI) e prevenindo "instrução primária e gratuita a todos os cidadãos" (Artigo 179 da Constituição de 1824, inciso XXXII).

Acima, capa do Projeto e, à direita primeira página da Constituição Política do Império do Brasil, pertencentes ao acervo do Arquivo Nacional

Se esses são os elementos mais visíveis da Constituição de 1824 e, portanto, os mais comumente lembrados, há, por outro lado, outras características históricas que a acompanham. Menos visíveis e, em geral, menos comentadas, no momento de celebrarmos o bicentenário daquela nossa primeira Constituição, é fundamental trazeremos à memória também essas outras características. Assim, em segundo lugar, cabe ampliar um pouco o horizonte para destacar o que vinha dito pelo silêncio do texto constitucional e pelo contexto em que ele foi elaborado.

CRÉDITO: WIKIPEDIA/DOMÍNIO PÚBLICO



Acima, capa do Projeto e, à direita primeira página da Constituição Política do Império do Brasil, pertencentes ao acervo do Arquivo Nacional

### OUTORGADA E ESCRAVISTA

Começando pelo contexto, é verdade que se trata de uma constituição outorgada pelo imperador, isto é, uma constituição que não foi fruto de um processo de elaboração e aprovação com ampla participação popular. Isso, no entanto, não significa que não tenha havido forte pressão popular para que o Brasil nascente tivesse uma constituição. Essa pressão começa, de maneira mais vigorosa, ainda em 1821 e se alastra pelo menos até 1824, com a Confederação do Equador – movimento ocorrido na região que hoje corresponde ao nordeste brasileiro –, passando pela existência de uma assembleia constituinte em 1823.

Embora dissolvida por Pedro I, essa assembleia representa um importante marco em nossa história constitucional, com muitos debates e tensões sem as quais a própria Constituição de 1824 não pode ser compreendida.

Logo, ao contrário do imaginário muitas vezes presente entre nós, o im-

“Logo, ao contrário do imaginário muitas vezes presente entre nós, o imperador não outorga uma constituição a um povo pacato, desinteressado e incapaz”



perador não outorga uma constituição a um povo pacato, desinteressado e incapaz. Lutas variadas, com e entre grupos sociais muito distintos, ocorriam no Brasil àquela época e influíram decisivamente no caminho que levou até a outorga da constituição pelo imperador.

Um dos grupos sociais que participavam ativamente dos conflitos da época era a população escravizada, com relevante atuação, por exemplo, nas lutas pela independência na Bahia. E aqui podemos começar a falar dos silêncios eloquentes da Constituição de 1824. Ela não estabelecia diretamente, em seu texto, o regime escravista, mas não se opunha a ele: na verdade, acomodava-se organicamente à escravidão, reconhecendo-a implicitamente, como nos casos em que fazia menção textual aos libertos (Artigos 6 e 94 da Constituição de 1824).

É errado, pois, elogiá-la por supostamente não ter tornado a escravidão obrigatória: sim, ela o fez. Apesar da relevância das lutas antiescravistas, que muitas vezes se confundiram com a própria luta pela independência diante de Portugal, ela o fez. Não o fez dizendo-o expressamente, mas se silenciando sobre o escravismo, não se opondo explicitamente a uma situação fática, que era a marca mais nítida da sociedade brasileira de então.

## MANUTENÇÃO DO MODELO AGROEXPORTADOR

Nesse mesmo sentido, o texto da Constituição de 1824 não tornava obrigatória a manutenção de uma economia agroexportadora, baseada no latifúndio monocultor, com todas as perversas consequências de longo prazo desse modelo. Também quanto a esse ponto, entretanto, é preciso entender que a Constituição de 1824,

CRÉDITO: WIKIPEDIA/DOMÍNIO PÚBLICO



A antiga Casa de Câmara e Cadeia (Cadeia Velha), atual Palácio Tiradentes, onde ocorreu a Assembleia Constituinte do Brasil de 1823. E a primeira sede da Câmara dos Deputados.

ao não mencionar nada sobre um ou outro assunto, acaba por dizer muito sobre eles.

A antiga Casa de Câmara e Cadeia (Cadeia Velha), atual Palácio Tiradentes, onde ocorreu a Assembleia Constituinte do Brasil de 1823. E a primeira sede da Câmara dos Deputados.

Diante do que era o Brasil naquele momento, não aproveitar a elaboração da Constituição para promover uma ampla reforma agrária já no nascedouro da nação era o mesmo que condenar o país à preservação da estrutura econômica focada na exportação de produtos primários.

Dessa forma, somadas, a não abo-

“Diante do que era o Brasil naquele momento, não aproveitar a elaboração da Constituição para promover uma ampla reforma agrária já no nascedouro da nação era o mesmo que condenar o país à preservação da estrutura econômica focada na exportação de produtos primários”

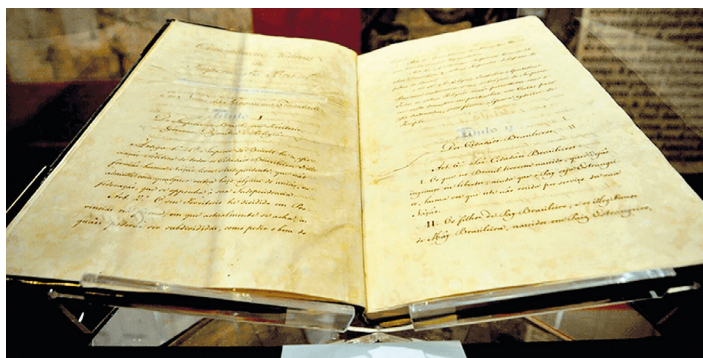
lição da escravidão e a não realização de uma reforma agrária são diretamente responsáveis pelo modo como o novo país iria inserir-se na economia internacional: uma inserção periférica, altamente dependente dos países centrais, posição da qual ainda hoje nos esforçamos para tentar nos livrarmos.

Aquele início do século 19 era o momento de fundar um novo país. A Constituição de 1824 vinha para ser uma espécie de declaração formal dessa fundação. Como é próprio desses momentos fundantes, era possível romper com o passado e projetar no futuro um país livre diferente do que havia sido a colônia portuguesa.

Infelizmente, a ocasião foi perdida por nós. Diferentes projetos de

“O projeto que venceu acabou sendo um projeto conservador e altamente excludente, que segue cobrando seu preço”

CRÉDITO: WIKIPEDIA/DOMÍNIO PÚBLICO



Primeira constituição brasileira

Brasil, que dariam origem a distintas versões de uma Constituição, disputavam o sentido do país que estava sendo fundado. O projeto que venceu acabou sendo um projeto conservador e altamente excludente, que segue cobrando seu preço.

Na celebração dos 200 da Constituição de 1824, porém, não deve haver remorso ou qualquer outro sentimento parecido. Como dito, apesar de tudo, essa Constituição não deixou de expressar lutas, debates, tensões sociais e políticas do seu tempo. Ela, sem dúvida, é a expressão de um projeto perverso de país, projeto que, infelizmente, saiu vencedor.

Mas não podemos nos esquecer dos demais projetos que disputavam com este, das alternativas derrotadas de um Brasil futuro diferente, melhor. Ao olharmos para a Constituição de 1824, é necessário sabermos discernir: o que fizemos, como sociedade, com a nossa primeira Constituição? E o que não fizemos, quando podíamos ter feito, diante das lutas que clamavam por uma Constituição diferente, por um país distinto?

Se mantivermos esse olhar duplo, a pergunta fundamental emerge sem dificuldades: afinal, 200 anos depois, o que ainda podemos aprender com a Constituição de 1824? O que podemos aprender com o que ela fez e com o que ela deixou de fazer, com o legado constitucional que ela nos deixou e com o silêncio eloquente que ela também nos deixou como legado?

Essa possibilidade de aprendizagem em direção ao futuro é a única coisa que, no fim das contas, justifica olharmos para nosso passado com essa distância de dois séculos: lembrar para não esquecer; lembrar para aprender e lembrar para não repetir.

“Ao olharmos para a Constituição de 1824, é necessário sabermos discernir: o que fizemos, como sociedade, com a nossa primeira Constituição? E o que não fizemos, quando podíamos ter feito, diante das lutas que clamavam por uma Constituição diferente, por um país distinto?”

# A IMPIEDOSA E IMPLACÁVEL REPRESSÃO AO CURANDEIRISMO EM MINAS GERAIS



As classes dominantes sempre se impuseram social, política, econômica e religiosamente, seja pela força bruta, seja por discursos moralizantes, tentativas de imposição de normas e valores, sustentando-se na legislação vigente (por elas mesmas criadas), embasamentos científicos, em condicionamentos doutrinários, tudo que possa respaldar-lhes e perpetuar-lhes o poder.

Assim, as práticas de curandeirismo, intensas nas Minas Gerais no período colonial-imperial e ainda no republicano, mereceriam forte repressão e punição, incluindo desmandos, arbitrariedades e abusos de toda ordem, quer pessoais, sociais ou institucionais. Processos judiciais foram sobejamente instaurados pelas autoridades, envolvendo e incriminando “curandeiros”, “feiticeiros”, estes, na verdade, quase sempre, agentes populares de cura, de ampla inserção social, com seus métodos, saberes e práticas seculares, numa sociedade então desamparada pela medicina oficial e por políticas sanitárias e públicas em geral. Ou seja, o Estado absolutamente ausente, omisso quanto às suas atribuições constitutivas, à exceção de fiscalizar, processar e punir!

As pessoas de então, face a doenças e infortúnios, recorriam a diversidades de procedimentos de viés tradicional, religioso, místico, ainda que não harmonizados ou em desacordo com as determinações e regulamentações legais. Na verdade, os estatutos jurídicos que reprimiam e criminalizavam indiscriminadamente o curandeirismo e práticas ilegais de medicina tinham como objetivo – como sói ao nosso Estado – tutelar a sociedade, desqualificando, para tal, pessoas – no caso curandeiros, raizeiros, benzedores –, que mantinham diálogo significativo com a população, ampla aceitação pública, atendendo-a em suas agruras, mazelas e adversidades cotidianas. É a mesma postura de sempre dos que detêm qualquer modalidade de poder!

Dessa forma, denúncias – ainda que meras intrigas, questionamentos ou mesmo animosidades pessoais – contra curandeiros eram rapidamente acolhidas pelas autoridades em sua sanha persecutória e executória. Muitos denunciadores ou testemunhas eram pessoas envolvidas em quebras e conflitos interpessoais, que se utilizavam, como motivação de acusação e libelo, portanto de má fé, questões relacionadas a curandeirismo ou feitiçaria, de forma a dificultar a defesa de seus desafetos ou conspurcar-lhes a imagem social ou o conceito perante as autoridades constituídas.<sup>(1)</sup>

O universo do curandeirismo – e extensivamente feitiçaria – acha-se veiculado à crença da cura de doenças e ainda na ação de feitiços e sortilégios para proteção ante malefícios físicos e emocionais provocados por terceiros ou por forças sobrenaturais. Na visão oficial, a que se acoplavam academicistas e se aliavam, por vezes, até mesmo os jornais da época, buscava-se apresentar tais aspectos da cultura tradicional como retrógrados e primitivos. A mesma linha discriminatória adotada, nos dias de hoje, por certas denominações evangélicas contra as crenças de origem afroameríndia. Época de tentativa de consolidação da medicina e de monopolização dos diagnósticos de cura no País e em que surgiam os remédios ditos científicos e mais sofisticados, expostos em farmácias, como infalíveis sanadores de moléstias. Um esforço da classe médica e ainda laboratorial quanto à normatização de métodos e conquistas de cura, ao mesmo tempo em que se criminalizavam as práticas curativas populares.

Na acepção oficial – seja policial, judicial, médica, religiosa – o curandeirismo, como prática cultural das classes populares, era a expressão de mentalidade e postura negativa, antiquada, portanto condenável. Assim, quaisquer práticas alternativas realizadas por agentes populares, relacionadas a rituais ou processos de cura popular, eram tidas como crenças, superstições, formas tradicionais de se lidar com infortúnios e mazelas da vida, sofrendo contundente discriminação religiosa, oficial e científica<sup>(2)</sup>.

As pessoas eram – sempre foram – cercadas por crenças secularmente enraizadas, atraídas por sugestionamentos, práticas e métodos mágicos e místicos, dentre elas rezas, benzeções, orações, preparados à base de ervas e raízes, procedimentos cabalísticos capazes de se alcançar a cura e a mitigação de males pessoais e coletivos. A demanda por agentes de cura por parte de nossa população sempre foi uma constante deste o período

colonial e com precedência imemorial. A Metrópole proibira a criação de quaisquer escolas de ensino superior e as primeiras escolas de medicina surgiram somente em 1832, no Rio de Janeiro e Salvador. Assim, os procedimentos de cura ficavam nas mãos dos jesuítas, dos sangradores (também chamados barbeiros) e curandeiros, esses com cultos mesclados a estoques e amalgamentos culturais diversos – indígenas, negros e europeus<sup>(3)</sup>. Provieram, pois, desses segmentos, em si mestiçados, os curandeiros com seus conhecimentos de ervas e procedimentos rituais atrelados e intercambiados ao acervo europeu de medicina popular.

**Agentes Populares de Cura em Minas Gerais** - Em Minas, a carência de médicos e cirurgiões era similar ao das demais capitânias, daí a proliferação de agentes de cura que se serviam de medicamentos importados como também de ervas locais, cujos usos aprenderam com indígenas, negros e mestiços.

A medicina oficial e o discurso médico enfático e soberbo (que simplesmente reivindicava a posse exclusiva do diagnóstico de cura, sem a mínima preocupação de legitimar-se frente à sociedade e às multidões) encontrariam uma assimilação lenta e com resistência pela população, alimentada pela crença nas curas tradicionais e terapêuticas ancestrais na sociedade mineira<sup>(4)</sup>. Até 1826, havia a permissão para leigos atuarem na área da cura. Antes, durante e depois da regulamentação oficial, curandeiros, sangradores, parteiras – que detinham forte confiança da sociedade – continuariam prestando seus serviços de terapia popular, havendo, inicialmente, medo, descrédito e relutância da população em relação aos médicos e à medicina oficial, conceito que se estendia desde a Capital do Império até os mais isolados rincões sertanejos<sup>(5)</sup>.

Embora a legislação imperial considerasse os crimes de curandeirismo, foi com a implantação da República positivista e mistificadora que a repressão se acentuaria e se institucionalizaria, atingindo inclusive religiões e movimentos alternativos do pensamento nacional (espiritismo, cultos afroameríndios etc.). O artigo 157 do Decreto 847, de 11-10-1890 era demolidor, juntando alhos e bugalhos, proibindo a prática do “espiritismo, magia e seus sortilégios, usar talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio e amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim para fascinar e subjugar a credibilidade pública”. O artigo 158 do citado código penal proibia “ministrar ou simplesmente prescrever, como meio curativo interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo assim o ofício denominado de curandeiro”<sup>(6)</sup>. Atevido, o legislador, em uma só pena, atingia não só religiões, mas até formas curativas tradicionais como o uso milenar de substâncias naturais, até um simples chá medicinal caseiro (fitoterapia).

Autores conceituados, como Nina Rodrigues, Viveiros de Castro, Yvonne Maggie, opinam que a repressão ao curandeirismo inseria-se na “lógica da crença” ou seja as autoridades reprimiam a chamada magia, porque – absurdamente – acreditavam nela. Ou melhor, temiam-na, tendo-a por perigosa. As denominadas práticas tradicionais de cura mantêm, todavia, resquícios até os dias de hoje, em meio a um cenário de normatização e regulamentação progressiva dos métodos e práticas de cura oficiais e de sua monopolização pela medicina científica e experimentalista.

Os terapeutas populares eram enquadrados e tornados réus, mormente dentro do código penal republicano, como “praticantes de feitiçaria”, “exercício de curandeirismo”, “exercício ilegal da medicina”. Para isso, até mesmo benzeções, o uso de raízes e plantas tradicionais, a indicação de preparados, tisanas e garrafadas, simples rituais, o uso de talismãs, eram suficientes para levar seus praticantes às barras dos tribunais. A repressão criminal era uma forma do Estado, da religião e da classe médica estancar todo e qualquer fluxo espontâneo e constante de pessoas que recorriam às alternativas ancestrais e habituais de cura<sup>(7)</sup>.

Processos Judiciais – Os processos de então eram eivados de influên-



cias de valores religiosos, morais, acadêmicos, construindo um discurso repressivo, extrapolando a legislação vigente. As denúncias enfocavam juízos e censuras como “riscos de perturbação à ordem e a saúde pública”, atentados à religião dominante, tudo como forma de enfatizar depreciativamente as qualidades “criminosas” e “fraudulentas” dos atos de curandeirismo. Empresta(va)-se assim ao(s) acusado(s) e suas atividades uma natureza desordeira, lesiva à sociedade, causadora de “grande mal à moral pública e à religião do Estado” (Proc. contra José “Sapato” – Acervo do Fórum de Oliveira – Reg. N. 412, cx. 17). Ou seja, as curas atribuídas ao acusado eram uma ameaça ao *modus vivendi* da sociedade e da família e ainda ao catolicismo hegemônico. Assim, no citado processo, a afronta à “moral pública e à religião” sobrepõem-se às recriminações e ilações de natureza jurídica, que ficam em 2º plano ou mesmo em último plano.

Aliás e ademais, era uma constante nas decisões judiciais – a desqualificação e discriminação de réus curandeiros sob a argumentação de sua incultura, dos danos causados por suas atividades reprováveis, muito embora e frequentemente, em contraposição às opiniões e testemunhos de depoentes que se faziam elogiosas e até gratas aos serviços eventualmente recebidos dos acusados<sup>(8)</sup>.

## NOTAS

(1) A acusação de curandeirismo ou feitiçaria era, por vezes, uma estratégia ou invencionice arquitetadas por desafetos (ex. mera briga de vizinhos), para tornar embaraçosa a situação do acusado, maculando-lhe a imagem ou reputação, em confronto com a justiça. Tais artimanhas ou farsas, muitas vezes, eram assimiladas por promotores, imbuídos de psicose legalista e arroubos penais, caindo em fábulas e preconceitos, desmontados em juízo por testemunhas (como o caso de Manoel Joaquim Pereira, em Nazareno, em junho de 1893, onde ficou comprovado ser a denúncia de curandeirismo uma farsa, engendrada pelo denunciante, que queria se subtrair ao ressarcimento de uma dívida pessoal irrefutável).

(2) Embora a intensa perseguição aos agentes populares de cura pelas autoridades, a população, em todas as camadas sociais, recorria espontaneamente aos seus métodos e serviços sanadores. A repressão partia, em grande parte, das autoridades eclesiásticas (leia-se Inquisição, à época colonial e com extensão até o Império) através de devassas, visitas episcopais, campanhas persecutórias e que viria a ser reforçada, a partir da metade do século XIX pelo aparato judicial e ainda no final do mesmo século e inícios do século XX pelos médicos.

“O grande segredo do regime monárquico e seu profundo interesse consistem em enganar os homens, dissimulando-se sob o nome de religião – o temor ao qual se quer acorrentá-los; de forma que eles combatem por sua servidão como se fossem sua salvação” (Baruch Espinosa).

A abertura de escolas de medicina em 1832 geraria, por seu turno, a construção de um discurso e um aparato médico-oficial de defesa do monopólio corporativista das práticas e do controle da cura na sociedade nacional. A Academia Imperial de Medicina, criada à época, passa a hostilizar as “manifestações culturais e os métodos tradicionais que divergiam dos referenciais científicos”, taxando-as de “caóticas” e todos os agentes concorrentes dos médicos nas práticas de cura de “charlatães” “cultores da não ciência e dos sistemas imaginários” (Roberto Machado – “Dominação da norma – Medicina Social e construção da Psiquiatria no Brasil” Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1978, p. 197).

Por mais as testemunhas depusessem favoravelmente aos curadores, ante os benefícios e eficácias vindos dos tratamentos a que se submeteram, o aparelho médico oficial buscava deslegitimar as atividades dos citados curandeiros. Afinal, estavam, sob todos os aspectos, exercendo funções tão somente restritas e monopolizadas pelos profissionais formados. O que se percebe, é que qualquer atuação de curandeiros, independente de sua natureza, origem e variedade, preocupava e muito a classe médica, as autoridades constituídas, sabidamente implacáveis e severas para com manifestações de ordem popular.

(3) “Malgrado a preocupação da Inquisição e da própria legislação real, proibindo a prática de feitiçaria e superstições no Brasil antigo, em toda a rua, povoado, bairro rural ou freguesia, lá estavam as rezadeiras, benzedeiras e adivinhos, prestando tão valorizados serviços à vizinhança. No Nordeste, nas Minas e no resto da Colônia, são frequentes as denúncias contra homens e mulheres que recorriam aos feitiçeiros e feitiçeras, em especial quando os exorcismos da Igreja e os remédios da botica não surtiavam efeito de cura na variegada gama de doenças” (Luiz Lott – “Cotidiano e convivência religiosa: entre a capela e o calundu” apud Laura de Mello e Souza in “História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa” S. Paulo, vol. I, Cia. das Letras, 1997, p. 193).

(4) Somente na virada do século XIX para o XX, é que a medicina conseguia adquirir gradual credibilidade junto à população. Não se pode esquecer, por oportuno, que a maioria absoluta da população não tinha dinheiro para arcar com os honorários cobrados pelos profissionais médicos. A medicina oficial sobressairia ante o avanço do conhecimento científico (conhecido empiricamente pelos curandeiros) sobre as propriedades químicas das plantas (fármacos) e ainda a legitimação e institucionalização da medicina no encaminhamento dos problemas crônicos da área de saúde.

(5) Gabriela dos Reis Sampaio, que estudou a medicina no Rio de Janeiro

Imperial, afirma que a população tinha “pavor dos hospitais, considerava depósitos de doentes”. Relata a autora a intensa e devastadora campanha movida pelos médicos – uma verdadeira “cruzada anticurandeirismo” – para a qual contavam com jornais, que para tanto, redigiam textos imaginários, sensacionalistas e mesmo histéricos contra “charlatães” e “feitiçeiros” (“Nas trincheiras da cura – As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial” – Campinas, Ed. Unicamp. 2002, p. 90).

Os jornais da época, todavia, não deixavam de registrar as rixas, erros dos profissionais da medicina oficial, seu corporativismo clássico, expondo-os até mesmo a chacotas e a charges galhofeiras.

(6) As autoridades, aí incluídas ostensivamente as religiosas, sempre tiveram dificuldades em interagir ou aceitar a cultura popular, baseada primordialmente em crenças coletivas milenares enraizadas nos costumes e na cultura social, em valores ou cultos agrários comuns na Antiguidade, que sempre fizeram parte do universo mental dos povos e que se estenderiam até o Brasil, aqui mesclando-se ou fundindo-se aos aspectos portugueses e afroamerindos. Mais fácil para governantes e letrados, dentre eles religiosos, ver tais manifestações como embustes, próprios de uma gente rústica, ignorante, primitiva.

Em vários processos contra curandeiros, há indícios ou evidências de que as testemunhas de acusação cumpriam ordens ou orientação de padres confessores. Da mesma forma, nos repertórios de processos e discursos judiciais, vê-se nitidamente a mentalidade oficial rançosa, aristocrática, elitista, preconceituosa vigente, tratando a cultura empírica popular como coisa de iletrados e analfabetos.

(7) Mariza Correa, que estudou a criminalidade em família, aborda o efeito da mentira e da farsa como motivadoras na instauração de um processo crime, transformando-o numa fábula, numa obra de ficção social (“Morte em família” Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983, p. 40). Abordagem igualmente encontrada em Boris Fausto (“Crime e cotidiano – a criminalidade em São Paulo 1880-1924” São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984, p. 17) e ainda Celeste Zenha que afirma “A fábula é a verdade final produzida no processo” (p. 91). Eis o que ocorreu com o réu Manoel Joaquim Pereira, em Nazareno, ano 1889, acusado falsamente de curandeirismo e de roubo de um animal por Honório Fidélis Siqueira. O acusante, devedor do denunciado, autorizava espontaneamente o credor a retirar um cavalo em sua propriedade para acerto da dívida, o que foi feito. O devedor-denunciante inventou a história de roubo e de que o acusado era “feitiçeiro”, isso de forma intencional, malévola, com o intuito de complicar a defesa do conflitante. O tribunal do júri, por maioria de votos, absolveu o réu da acusação que lhe fora intentada, após desmascaradas e tornadas improcedentes as acusações, sendo o réu solto. Registre-se, contudo, o impetuoso, fervoroso, inflamado, infundado e estereotipado – quando não cruel – libelo acusatório das autoridades, em especial a promotoria, como constam nos autos do citado processo.

(8) O art. 156 do código penal republicano proibia o exercício ilegal de medicina, farmácia e arte dentária. O curioso é que a medicina oficial não reconhecia os tratamentos à base de receitas de ervas e raízes – processos fitoterapêuticos milenares e ao que sabe de eficácia consideravelmente comprovada – e muitos curandeiros foram acusados de exercício ilegal da arte médica justamente por receitarem ervas, tisanas, algo que a medicina não acreditava e até desdenhava. Como teria ela direito de proibir, se o desacreditava e o estigmatizava?! Outro aspecto – é que pessoa alguma, sequer enfermos “enfeitiçados” – eram ou foram obrigados, contrangidos, sob quaisquer pretextos, a procurar os préstimos de curandeiros e “feitiçeiros”. Buscava-se tais agentes espontânea e voluntariamente.

Confusa era, pois, a ação das autoridades no intransigente combate às práticas de cura popular, mesmo quando sob a ótica de que se tratavam de “crimes contra a saúde pública”. Tudo isso numa sociedade e num tempo inteiramente à margem de serviços médicos e sanitários oficiais. Como, então, mensurar o que é “crime contra a saúde coletiva”? Não prestavam o serviço, nem deixavam outrem, ainda que precariamente ou empiricamente, prestar!!!

(Ver, a esse respeito, o processo contra José de Paula Freitas, vulgo “Dr. José” – Iphan/ET-SJDR – Reg. 966, cx. 69-11).

José de Paula Freitas, o “Dr. José”, foi acusado por “há muito achar-se exercendo indevidamente a medicina, aplicando remédios e tisanas com prejuízo da saúde pública e mais extorquindo dinheiro aos incautos e ainda exercendo sortilégios”.

O fato é que as classes médica e farmacêutica, conhecendo a forte influência que os curadores tinham na sociedade, buscaram criminalizar suas atividades e assim abocanhar toda a faixa de demanda dos serviços da área de saúde, legitimando, dessa forma, as práticas oficiais e formais de cura. Uma das estratégias utilizadas era desacreditá-los como “analfabetos” “não disporem de instrução convencional” “não terem titulação acadêmica”, portanto um risco à saúde pública e à ordem social, aspectos esses discutidos em diversos processos da época. As autoridades judiciais, obviamente, achavam-se comprometidas com os interesses da corporação médica e farmacêutica na(s) sua(s) busca(s) de monopolização das práticas de cura junto à sociedade. As acusações eram geralmente generalizadas – embuste, ludíbrio e enganação de pessoas, exercício ilegal da medicina – formando uma cartilha oficial rotineira aos processos, independentemente da gravidade, natureza e apuração esmerada e isenta dos fatos. Um aparato jurídico repressivo, estereotipado, institucionalizado.

## ALGUNS EXEMPLOS DE PROCESSOS CONTRA CURANDEIROS EM NOSSA REGIÃO

• Processo rumoroso foi instaurado em 16-03-1903 contra o curandeiro José Rodrigues de Moura, vulgo “Caroba” (Ver box), que atuaria em Oliveira e vizinhanças, inclusive São Tiago. Mercador de gado, era ele, ao que se deduz, homem bastante conhecido, de forte notoriedade pública, dotado ainda de carisma e mesmo fascínio popular. Acusado pela promotoria com base no art. 158 do código penal republicano por “preparar e prescrever remédios para uso interno de substâncias do reino vegetal”, predominantemente a caroba (daí seu apelido). O processo tomaria proporções maiores, extrapolando a lide forense, dada a interferência de Pe. Correa, que endereçara manifesto irritado ao judiciário contra “Caroba”, taxando-o de uma desgraça social e comparando-o a um segundo Antonio Conselheiro (o líder messiânico de Canudos).

O processo correria com grande controvérsia de testemunhas e com vigorosa presença do defensor do réu que atuaria ativamente nos inquéritos e apelação de sentença, opondo-se fortemente aos esforços do vigário e do próprio judiciário. O réu acabaria se safando da condenação por prescrição penal, encerrando-se o processo em setembro de 1904 (Acervo do Fórum de Oliveira – registro 992, cx. 49 – <http://www.documenta.ufsj.edu.br/modules/perimes/brtacervo.php?cid=1154&op=1>) (Ver box “Caroba”).

• Processo contra Gervásio Ferreira de Melo, residente nas proximidades de Oliveira, incriminado e julgado por curandeirismo em abril de 1896; mas o que possibilitou a denúncia foi a (falsa) acusação de roubo de arreios. O réu Gervásio foi criminalizado, por mais absurdo que pareça, por dizer que seus acusadores “estavam enfeitiçados”. A partir da “pega” – acusação/denúncia de roubo de arreio, comprovadamente desqualificada no decorrer do processo – a promotoria incriminara o denunciado por este afirmar, nos autos, que as pessoas que o acusavam ou recorreram a seus serviços estariam “enfeitiçadas”. O réu viria a ser absolvido de ambas as acusações: roubo de arreios e curandeirismo (Acervo do Fórum de Oliveira – Reg. 782 – cx. 36).

• Outro processo similar ocorreria em junho de 1889 em Nazareno contra Manoel Joaquim Pereira, acusado de prática de curandeirismo. A denúncia ou acusação inicial imputava-lhe a condição de “ladrão de cavalo” ou seja furto e por tabela de curandeirismo e por essa forma aleivosa, incurso pela Promotoria no artigo 257 do Código Criminal do Império. Viria igualmente a ser absolvido. (Iphan/SJDR - Proc. 1096 – Cx. 56-04). Ver ainda nota 6.

• O monopólio profissional é latente nos processos encampados pelas autoridades. Há um caso elucidativo e emblemático, o do curandeiro Honório Félix, residente no povoado Barro Preto, em Itapeçerica. Em abril de 1902, Honório foi acusado da morte de João Venâncio de Souza, por ele tratado e abrigado em sua casa durante 5 dias. Ante a ineficácia do tratamento terapêutico, o enfermo “abandonou a casa do curandeiro e vai procurar socorro na medicina por pessoa competente” (texto do promotor) sendo tratado pelo médico Dr. Leopoldo Correia. (Acervo do Fórum de Oliveira – Reg. n. 304, cx. 17-05). Algum tempo depois, o enfermo acaba falecendo e sua morte atribuída ao curandeiro Honório Félix, acusado pela promotoria de que “o mal já tinha criado raízes e improficuos foram os recursos da ciência”. Ou seja, na visão oficial, a interferência fracassada e indevida do curandeiro impossibilitara o adequado tratamento médico oficial, que certamente seria capaz de sanar a enfermidade sofrida. Mera especulação ou ilação. Para a autoridade (promotoria) a medicina formal e oficial, dada a sua competência e seus recursos científicos, quicá infalíveis, teriam sanado a trágica enfermidade, não fora a intromissão anterior do curandeiro, prejudicando o tratamento devido para a doença. Esclareça-se o tratamento aplicado, quer alternativo, quer médico, não são detalhados nos autos.

Extraem-se do fato alguns questionamentos: que providências criminais seriam tomadas se negligências e erros profissionais oficiais fossem detectados no atendimento a enfermos? O diploma – titulação ou diplomação acadêmica – não só médica, mas de outras profissões, não se tornaram um salvo conduto ou escudo protetor, o que ocorre até os dias atuais, contra erros profissionais? (Tamanho o corporativismo de classes liberais no Brasil, é quase impossível, até os dias atuais, a responsabilização de profissionais que, eventualmente, erram em suas atividades de ofício).

Em síntese, o que se presencia até hoje, o rol de privilégios e imunidades que cercam as corporações e classes profissionais e extensivamente políticos, togados, funcionários públicos graduados, deten-

tores de foro privilegiado. Nessa ótica totalitária, senhores do poder e da ciência, o diploma e sua titulação é, via de regra, uma salvaguarda oficial, sacrossanta para quaisquer tentativas de responsabilização e criminalização de atos lesivos à própria atividade laboral, à sociedade, ao País e à humanidade quando praticados. São quase imunes a ações penais e quando pegos em flagrante, com a boca na botija, sob farta documentação criminal, alegam perseguição – pessoal, política, profissional, institucional – de que são vítimas de armação, que desconheçam os fatos, enfim todos são “santos” nesse “Brasil de meu Deus”!

**“CAROBA”** – Processo Reg. 992, cx. 49 Acervo do Fórum de Oliveira, contra José Rodrigues de Moura, vulgo “Caroba” instaurado em março de 1903 em Oliveira. Era o denunciado pessoa de larga popularidade regional, dada as suas atividades itinerantes de boia-deiro (comerciante de gado), o que ocasionaria incomensurável repercussão pública.

Trata-se de uma peça criminal especial, peculiar, senão intrigante, porquanto o promotor enfoca, em sua ácida denúncia, a “notoriedade pública” do “indivíduo de nome José Rodrigues, vulgarmente conhecido por Caroba, intitulando-se curandeiro”, enquadrando-o no artigo 158 do código penal republicano. Não deixa o promotor Leopoldo Ferreira Monteiro de enfatizar o caráter carismático, persuasivo e itinerante do réu que “anda percorrendo os distritos” “acompanhado de uma dúzia de desocupados” “incutindo no espírito dos ignorantes que é capaz de curar toda e qualquer moléstia” e ainda que o denunciado “prescreve, ministra e prepara remédios a certa quantia de infelizes que a ele se aproximam”

As atividades de Caroba e sua mobilidade (locomoção pela região), acompanhado por grupo de pessoas – provavelmente curiosos (as testemunhas falam em cerca de 3 indivíduos, jamais um séquito de “sectários” no dizer do apavorado acusador), levariam igualmente ao desassossego e exacerbado temor a Pe. Correa, que endereçara correspondência ao promotor em termos piíaticos, dantescos, dentre eles de “gênio do mal”, “horror”, “fanatismo”, “desgraça” etc. (qualificativos com que denomina o acusado) assestando também suas virulentas setas contra o cidadão João da Costa Pessoa, mencionado como “o maior fanático de todos”. João da Costa Pessoa nada mais era que um amigo e protetor do acusado (Caroba) e que recorrera aos préstimos e serviços profissionais do Dr. José Ferreira de Carvalho para defender o réu, fato que viria a ser substancial, conseguindo – mesmo condenado o réu em 1ª circunstância – o eficiente advogado, mediante apelação e recursos jurídicos, a absolvição do denunciado em segunda instância<sup>(1)</sup>.

Uma questão confundiu a muitos e que chega até os nossos dias – o porquê da apreensão do sacerdote (aliás em situações análogas praticadas por muitos religiosos, das mais variadas crenças, em várias épocas e localidades) ante um homem do povo que tão somente ministrava um preparado vegetal à base de caroba!<sup>(2)</sup> Para muitos sectaristas, monopolizadores da verdade, é proibido a outrem até mesmo fazer o bem!

Tratava-se de um cidadão sem viés político ou ideológico ou mesmo religioso, certamente proficiente católico. Onde, ademais, a comparação em si arrojada quando não inconsequente com o líder sertanejo Antonio Conselheiro?

O que parece atemorizar as autoridades – estatais ou religiosas – era o fato de que a receitação e benzeções era(m) acompanhada(s) eventualmente por rezas, sonoridades ou “frases ocultas ou misteriosas” ou “artifícios mágicos”, à forma dos mantras orientais, o que, aliás, é tradicional entre curadores e benzedores, características comuns, por exemplo e igualmente entre rezadeiras adeptas do catolicismo.

### NOTAS

(1) As testemunhas, em sua quase unanimidade, inquiridas pela 2ª vez, com a participação e questionamentos do defensor do réu, imputaram-lhe o caráter de “homem de bons costumes, acatador da lei e respeitador das autoridades constituídas”, tendo como profissão a de “fazendeiro, negociante de animais em cujo caráter ele, às vezes, percorria algumas povoações...” Foram assim derrubadas as afirmações do promotor e secundadas pelo vigário de que se tratava de alguém “acompanhado por desordeiros, percorrendo distritos, apregoando-se curandeiro”.

(2) Trechos da correspondência enviada pelo Revmº Pe. Correa ao eminente promotor público dr. Leopoldo Ferreira Monteiro acham-se incluídos no processo.



## AGRESSÕES PESSOAIS CONTRA CURANDEIROS

Há, por outro lado, relatos e processos criminais incriminando agressores, denunciados por suas atitudes brutais contra supostos feiticeiros. Muitas pessoas, temerosas dos efeitos dos pretensos sortilégios ou de práticas “malévolas”, contra si ou familiares, atribuídas a feiticeiros, exacerbavam em violências e justificações, havendo casos de ameaças, graves ofensas, de espancamentos e mesmo de morte de pessoas acusadas de magia ou malefícios. Ocorria, por vezes, uma rede de boatos, acusações infundamentadas, porquanto o temor e a crença em feitiços era algo entranhado na sociedade, gerando até atrocidades – “o estúpido terror do feitiço” no dizer de Nina Rodrigues (“Os Africanos no Brasil” São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1976, p. 247). Muitos e significativos extratos sociais, inclusive altas autoridades, recorriam aos artifícios da magia em função de seus interesses. O diálogo dos curandeiros com a sociedade se apresentava bastante intenso e prolífico, chegando às elites. A crença na magia era algo assimilado e compartilhado pelas próprias autoridades, tanto assim que nas discussões forenses e processuais tal crença não era desqualificada. Pelo contrário, tanto assim que o Estado se envolvia até o pescoço no combate institucionalizado e repressivo a tais manifestações, criando juízos especiais, códigos e regulamentação das acusações. Há casos pesquisados de “simpatia”, por parte das autoridades da época quanto a ritos ou curandeiros de renome, em especial no Rio de Janeiro e Salvador (Yvonne Maggie – “Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil”, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992, p. 86).

A crença no feitiço era algo sutilmente instalado no universo cultural e padrões sociais da época, assimilado até pelos instrumentos da justiça. Muitas vezes, os jurados compartilhavam os valores dos acusados e os padrões de moralidade da sociedade da época e dessa forma, legitimando ações violentas ainda que flagrantemente opostas à prescrição do direito vigente. O carpinteiro Antonio Marcelino fora acusado de espancar e ferir gravemente na rua da Cachaca a José da Costa, crioulo forro, com fama de feiticeiro e assim temido em toda a cidade. Acusado e vítima voltavam do velório do inspetor de quartelão José Joaquim, a quem José da Costa – envolvido em uma briga e incriminado pelo inspetor – prometera se vingar.

A morte súbita do inspetor levou o carpinteiro Antonio Marcelino e ainda testemunhas a incriminar o “feiticeiro” pelo infausto acontecimento, pois de acordo com os depoimentos o ofendido (espancado) mantinha “comunicação com os espíritos invisíveis” e tinha prometido vingança contra o inspetor. Levado a júri, o réu Antonio Marcelino foi absolvido, tendo os jurados legitimado a ação do carpinteiro, considerando não ter havido crime no espancamento (este um crime incurso no Código Criminal). Os jurados endossaram as justificativas do acusado e testemunhas de que o espancamento fora consequência das atividades e atitudes da vítima. Ou seja, rompia-se uma norma penal para se respaldar uma nova social (crença em feitiços) (Processo n. 01, cx. 10, 1853, AMRSJDR).

Em 17/02/1886, em São João Del-Rei, uma senhora de nome Ana Luisa fora duramente surrada e ameaçada de morte, na presença de seu filho de 7 anos, por dois portugueses, de nomes Manuel e Zeferino, acusada de ter feito feitiços contra a esposa de Manuel. O processo contra os agressores não apresenta detalhes do tipo de danos provocados pela vítima. Os réus Manuel e Zeferino foram incurso no art. 201 do Código Criminal (agressão física), sendo interrompido o processo em 25/05 do mesmo ano (Reg. nº 1106, cx. 51-06 – Iphan/SJDR).

Tais processos, quase sempre, não davam em nada. Não redundavam em condenações ou punições expressivas, refletindo a própria natureza do poder judiciário e seu aparato institucionalizado, cujos códigos criminalizavam a “feitiçaria”, não tendo maiores motivações para condenar, com mais rigor, os agressores de “feiticeiros”. Quer falhas técnicas, quer habilidades retóricas dos advogados de defesa, controvérsias ou intimidações de testemunhas conduziam ao arquivamento ou absolvição dos réus. No fundo, tratava-se de conflitos e animosidades interpessoais, que chegavam a violências, agressões ou em casos extremos a assassinatos, sendo a acusação de feitiçaria um mero artifício ou pretexto para a prática de violência e represálias até mesmo brutais.

O aparelhamento jurídico caracterizava-se pela pressão e intimidação formal sobre réus e mesmo testemunhas ou influenciado, no mínimo, por razões morais, religiosas e obviamente pelo caráter normativo das leis.

Em alguns casos, percebe-se decisões judiciais condenatórias preconceituosas, de desqualificação da cultura popular e das terapêuticas – assentadas sobre seculares tradições e costumes – comumente utilizadas pela população, receitas por curandeiros e mesmo pessoas de nosso circuito familiar e social. No processo contra Jerônimo Honório Machado, acusado de charlatanice, o juiz Cândido Faria Lobato, após rejeitar as opiniões em contrário de quase todas as testemunhas, condenou o réu, enquadrando-o como curandeiro, sob a imputação de que era “analfabeto”, ignorante, não podendo ser qualificado como charlatão por exercer as funções ilegais de médico”. Na visão do magistrado, a atividade de curandeiro era hierarquicamente inferior à do charlatão, deduzindo-se, segundo o juiz, de que “charlatão” era alguém com algum ou certo status, dotado de cultura ainda que básica, tanto assim que se passava por médico (Reg. 415, cx. 18 – Acervo do Fórum de Oliveira).

Queiram ou não, não há a menor dúvida de que curandeiros e as práticas tradicionais de cura exerceram, ao longo dos tempos, significativo papel humano e social no território mineiro, com extensão até os nossos dias.

(Fonte básica utilizada para o presente texto: Marcelo Rodrigues Dias – “Repressão ao Curandeirismo nas Minas Gerais na segunda metade do oitocentos”, UFSJ, 2010).

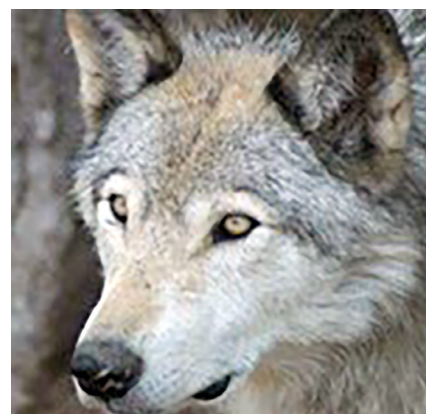
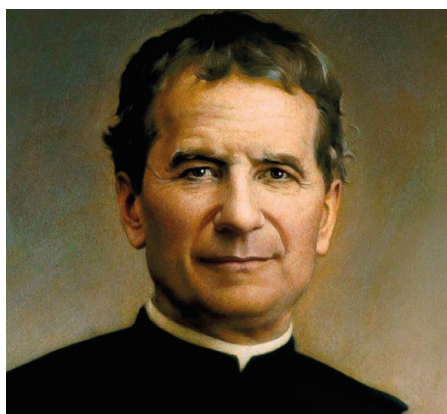
Sobre o presente assunto, ver matérias em nosso boletim n. LXII Nov/2012, LXIV Jan/2013).

## ALGUNS SANTOS DE DEVOÇÃO POPULAR COLONIAL

- São Libório – para males dos rins
- São Brás – para males da garganta
- São Roque – contra pestilências, epidemias
- São Bento – contra cobras e animais peçonhentos
- São Jerônimo e Santa Bárbara – contra os riscos de tempestades, raios
- Santo Antonio de Pádua – para encontrar objetos perdidos e se obter bons casamentos

- São Sebastião – contra pragas nas lavouras e rebanhos
- Santa Luzia – para proteção aos olhos
- São Lourenço e São Manuel – pelos dons da paciência
- São Miguel Arcanjo – contra as ciladas do Maligno
- Alguns santos de devoção dos escravos: São Benedito, Santa Efigênia, Santo Antonio de Caltaginosa, São Elesbão, Santo Antonio de Noto.

# OS OVOS, DOM BOSCO E OS ANIMAIS IRRACIONAIS



Imagens: sites petz.com.br, ius-sdb.com e miraculum.com.br

No nosso meio, até um passado não muito distante, a definição da religiosidade do indivíduo como cristão e católico era de certa forma herdada de forma protocolar, numa condição engastada nos costumes e tradições. Se nada fosse dito em negação e se nada de relevância se apresentasse em sentido contrário e, além disso, se os rituais básicos da Igreja Católica como batismo, crisma e casamento fossem respeitados, esta condição não seria questionada e a etiqueta continuaria sempre válida.

Com o crescimento dos movimentos pentecostais e neopentecostais, com a secularização da sociedade, com a relativa perda de poder da igreja romana, com o caráter muito mais individualista e questionador das pessoas e a globalização desenfreada que coloca visibilidade em uma diversidade de correntes filosóficas e religiosas antes invisíveis, esta herança familiar e nominal de fé já não é tão imediata e natural.

Existe uma discussão antiga sobre a influência da religiosidade na construção do caráter humano. Dos dois lados do muro que divide o positivo e o negativo, advogados extremados esgrimam argumentos que a cada dia ficam mais e mais violentos, infelizmente. Pessoalmente acredito que se o homem não utiliza a sua religião e sua igreja em benefício próprio, e ao mesmo tempo se a igreja não utiliza seu rebanho como massa de manobra a favor de seus interesses, somando a tudo isso uma boa dose de fé verdadeira, talvez o homem possa ser melhor.

O estado deve ser laico e as famílias independentes o suficiente para gerir esta difícil e importante fração construtora de humanidade em seus próprios limites e termos. Todos os pais, em algum instante, serão tocados pela solução deste dilema.

As preocupações de meus pais quanto à formação religiosa de seus filhos também eram o trivial esperado e seguiam o ritmo dos costumes. Na hora supostamente apropriada era necessário fornecer a eles os conhecimentos mais básicos da religião na forma do tradicional catecismo. No bairro Minas Brasil, onde morávamos em Belo Horizonte, existia uma instituição religiosa de freiras, chamada no dia a dia de Colégio das Irmãs, que oferecia este tipo de curso. Não me recordo a que ordem elas pertenciam. Minha irmã e eu fomos inscritos e comparecemos a primeira aula. A irmã catequizadora perguntou: “- Vocês rezam antes de dormir?”. Respondemos a verdade com a ingenuidade de criança: não! Ela se voltou para os outros alunos assentados em bancos dispostos em semicírculo e perguntou: “- O que eles são?”. De forma orquestrada e uníssona todos responderam com aquela crueldade típica daqueles que ainda não sabem se são bons ou maus: “- Animais, irracionais! Animais, irracionais! Animais, irracionais!”. Não posso garantir, mas creio que nunca mais voltamos.

Outra atitude prática tomada por minha família visando aproximar a vida de seus filhos às práticas religiosas católicas e cristãs foi nos enviar para assistir à tradicional missa dominical na igreja do bairro na Paróquia São Luiz Gonzaga. Então, foram caminhando as duas crianças sozinhas rumo ao culto. Sozinhas por que a falta

de perigo daqueles tempos permitia e estar desacompanhado talvez fizesse parte do aprendizado. Chegando à igreja, alguém postado à frente da porta em posição de recepcionista e vigia se aproximou antes que entrássemos e perguntou: “- Onde estão os ovos?”. Sendo nossa primeira participação ignorávamos totalmente o que ele estava falando. Neste caso, era uma campanha da paróquia para arrecadar fundos, através de doação de ovos, para auxílio nas eternas obras de finalização do templo. Não tínhamos ovos! Sem ovos não nos foi permitido entrar. Voltamos para casa sem missa e sem argumentos. Um distanciamento de seis décadas somente me faz concluir que algum terrível erro de comunicação e entendimento foi cometido aquele dia, pois me custa a crer que o mais inapto indivíduo investido com os poderes de porteiro da igreja tenha cometido tal aberração, barrando a entrada de duas crianças. Não sei o que foi dito, mas sei o que entendemos.

Até algum tempo atrás um acontecimento como esses era facilmente considerado suficiente para traumatizar um indivíduo, infligindo-lhe sequelas psicológicas. Na verdade, longe disso. Esse tipo de coisa não deve ser escondido no esquecimento e nem se tornar uma ferida aberta nunca cicatrizável. É mais útil lembrá-lo eventualmente de forma didática, com oportunidade e propósito.

De qualquer forma acredito que os Salesianos de Dom Bosco me ajudaram a superar no âmbito inconsciente qualquer resma residual provinda destes equívocos vividos. A generosidade do Padre Tiago de Almeida, nosso conterrâneo, me proporcionou uma bolsa de estudos no Colégio Salesiano de Belo Horizonte. O fato de ter sido aluno durante cinco anos nesta instituição católica, em contato com a filosofia dessa congregação, tendo aula de religião no modo clássico com muitos ensinamentos bíblicos e o convívio com noviços e estudantes de teologia que ali viviam e paralelamente davam aula foi muito importante na minha formação, de um modo geral.

Dom Bosco, ou São Dom Bosco, nasceu em 1815 em uma fazenda na região de Becchi, proximidades de Turim, sopé dos Alpes, localidade hoje denominada Castelnuovo Don Bosco. Sua origem nitidamente rural nos dá a liberdade de afirmar que pelo menos uma vez na vida ele lançou seu olhar benevolente para uma galinha e seus ovos. Paralelamente Dom Bosco mantinha uma ligação quase sobrenatural com um imenso e místico cão cinza chamado Grigio, um animal irracional que era seu protetor, um anjo da guarda, surgindo somente em horas de perigo para salvá-lo, voltando a desaparecer. Os símbolos podem ganhar novos significados.

Quem sabe, se não fosse pela parcela de ajuda dos Salesianos e do mais que minúsculo legado de Dom Bosco que recebi, eu poderia ainda ter um pesadelo cujo enredo mostrasse uma imensa catebral abandonada e sufocada por milhões e milhões de embalagens repletas de ovos entulhando a nave até o teto, enquanto que além da porta principal dezenas de animais irracionais uivavam em sua própria língua um pedido de desculpas por não saber rezar.

**Autor: Fabio Antônio Caputo**